

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
JORNALISMO BACHARELADO

Maria Mariana do Nascimento Silva

JORNALISMO E RACIALIDADES:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A OBJETIVIDADE
JORNALÍSTICA NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE CRIMES
RACIAIS

Frederico Westphalen, RS
2023

Maria Mariana do Nascimento Silva

JORNALISMO E RACIALIDADES:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA NA
PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE CRIMES RACIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo.**

Orientadora: Profa. Dra. Marluza da Rosa

Frederico Westphalen, RS
2023

Maria Mariana do Nascimento Silva

**JORNALISMO E RACIALIDADES:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA NA
PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE CRIMES RACIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

Aprovada em 5 de julho de 2023

Profa. Dra. Marluza da Rosa (UFSM/FW) – Presidente da Banca

Prof. Dr. Reges Toni Schwaab – Primeiro Arguidor

Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro (UFS) – Segundo Arguidor

Profa. Dra. Angela Zamin – Suplente

Frederico Westphalen, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Um dos meus momentos favoritos como leitora sempre foi ler os agradecimentos finais, acho poético saber sobre todas as pessoas que ajudaram os escritores a chegar no final, e agora é a minha vez. E a verdade é que eu tive a sorte de ter muitos encontros na vida que me permitiram chegar até aqui. Mas, esse ainda é só o agradecimento do TCC, então, eu juro que vou com calma.

O meu poema favorito se chama “eu me levanto” (em tradução para o português) da Maya Angelou, ele me lembra de todas as vezes em que precisei me reerguer e continuar seguindo. Independente de tudo, eu me levantei, *eu me levanto* e agradeço imensamente a Maya e todas as outras mulheres negras que vieram antes de mim e abriram o caminho para que eu pudesse realizar a minha pesquisa (e não sucumbir também).

Agradeço aos meus pais, Maria Lúcia do Nascimento Silva e Marcos Vinícius da Silva, que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse ter todas as oportunidades que eles não tiveram, a universidade sempre foi um sonho em conjunto. Também estendo esse agradecimento a toda a minha família, que conta para todo mundo que eu curso jornalismo em uma federal e até hoje não sabe o nome da cidade em que estou e muito menos o porquê de eu ter escolhido estudar a mais de 1000 km de distância de casa.

Às minhas avós, que provavelmente nunca lerão o meu *Trabalho de Conclusão de Curso*, mas que sempre acreditaram em mim e diziam desde criança que eu “sou uma menina muito inteligente”. Eu só sou Maria Mariana por causa de vocês, então, obrigada *Maria e Mariana*, é uma honra poder carregar o nome de vocês comigo.

Também sou extremamente grata ao DISPOLI, que foi o meu primeiro contato com a pesquisa na vida e conseqüentemente com a professora e minha orientadora Marluza, sem você as minhas ideias seriam apenas ideias. Além, é claro dos professores da banca e do curso, que contribuíram na produção deste trabalho e na minha jornada como estudante, obrigada! Infelizmente metade da minha experiência na UFSM-FW foi pela tela do computador, mas a outra metade foi inesquecível. Obrigada, UFSM, valeu a pena viajar mais de vinte horas para chegar até você.

Um agradecimento extra para todos os artistas que me ajudaram a ver o mundo de outra forma, principalmente nos momentos em que eu estava cansada demais para ver beleza e existir. Quem diria que transformar em pesquisa o meu maior incômodo dentro da profissão que eu amo poderia ser tão exaustivo? Todo mundo! Mas valeu a pena, eu

amo o jornalismo e amo ainda mais tudo o que ele pode fazer. Obrigada, jornalistas de todo o mundo, que fazem de tudo para que a nossa área seja mais humana e inclusiva.

Obrigada, amigos de São José dos Campos, por estarem comigo mesmo quando a distância não nos permitia. Duda e Davi, crescer com vocês foi a melhor coisa que poderia acontecer, a gente não foi para faculdade juntos como planejou, mas acho que tudo o que sai do roteiro da vida fica ainda mais incrível, e o nosso trio continua. Em breve estaremos vivendo a nossa própria versão de Mamma Mia na Grécia.

Por último, mas não menos importante, Lucas Postal, Caroline Siqueira, Julia de Sá, Giulia Cavalheiro, Amanda Demamann, Kelvin Verdum, Leonardo Toniazzi, Caroline Lorenzetti, Bruno Bianchi. Acho que nunca disse isso para vocês, mas eu morria de medo de não fazer amizades aqui e aí vocês chegaram e eu aprendi que família não é só sobre sangue, é sobre pertencimento. Eu sei que só a Giulia, o Lucas e o Kelvin entendem as referências sobre a Taylor Swift, mas ela tem uma música que chama *invisible string*, e depois de vocês, eu finalmente entendi. Durante todo esse tempo tinha uma linha invisível que unia a gente, era para ser.

Obrigada pelas terças no Lucas, pelas idas e vindas do RU, por todas as vezes que a gente riu de absolutamente tudo por motivo nenhum (acho que aprendi a ser mais feliz depois de vocês). Obrigada pelas aventuras, pelos momentos de confiança, as piadas internas (ou externas, porque nós nunca tentamos ser discretos), os jantares, os almoços, todas as datas comemorativas. Obrigada pelos trios, quartetos e pelo grupão, por cuidarem de mim e por me amarem do jeito que eu sou. Não quero me despedir porque sei que ainda temos mais histórias para viver, então esse é só um ‘até breve’. É um prazer fazer parte da mesma série que todos vocês, a gente se vê na aula amanhã.

“Não aceito mais as coisas que não posso
mudar, estou mudando as coisas que não posso
aceitar”

(Angela Davis)

RESUMO

JORNALISMO E RACIALIDADES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE CRIMES RACIAIS

AUTORA: Maria Mariana do Nascimento Silva
ORIENTADORA: Profa. Dra. Marluza da Rosa

Este trabalho tem como objetivo geral problematizar o modo como o jornalismo reporta crimes raciais e suas características discursivas. Dessa forma, o objeto de estudo foi o modo como os portais de notícias Folha de S.Paulo, G1, O Globo e Estadão noticiaram o assassinato de Moïse Kabagambe, um jovem negro de vinte e quatro anos, que era refugiado político e veio ao Brasil em busca de melhores condições de vida. No dia 24 de janeiro de 2022, o jovem foi brutalmente assassinado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em um quiosque da Barra da Tijuca, onde trabalhava. Moïse foi acertado por trinta e nove pauladas, desferidas por seus chefes após cobrar os pagamentos atrasados. O crime obteve uma certa repercussão midiática, no entanto, historicamente o discurso jornalístico vale-se de práticas e mecanismos linguísticos que frequentemente não criminalizam os assassinatos das pessoas negras e os reportam como casos isolados, ao invés de uma condição sistêmica do Brasil. Desse modo, como objetivos específicos, foram definidos: a) problematizar a noção de objetividade jornalística; b) explorar as questões que levam à escolha do valor-notícia, c) questionar a exploração de imagens de sofrimento de minorias sociais em função de “noticiar” os crimes raciais que as envolvem; d) compreender a questão da outridade a partir do atravessamento da questão migratória e xenofóbica no discurso jornalístico. Esta pesquisa se insere no campo da Análise do Discurso e mobiliza conceitos como formações discursivas Pêcheux (1994), o não dito, Orlandi (2007,2009), e a condição de quem merece viver e morrer Foucault (2008, 1996). A fim de observar o modo como o jornalismo discute a racialidade em seu discurso (MODESTO, 2021), foram mobilizados os conceitos de racismo estrutural, de Almeida (2018), outridade, de Kilomba (2018) e Ahmed (2000), além de outras noções como o pacto narcísico da branquitude, de Bento (2022), e a questão da subjetividade no discurso jornalístico, de Moraes (2022). Para a constituição do objeto de análise, foi realizada a organização do arquivo, por meio da coleta de textos jornalísticos encontrados na plataforma on-line “Google Notícias”, durante o período referente ao dia do assassinato de Moïse Kabagambe (24/01/2022) até um mês depois do crime (24/02/2022). Com este estudo pretende-se compreender se e de que forma o discurso jornalístico tem auxiliado na produção e reprodução do racismo, quando se trata de acontecimentos relacionados ao assassinato de pessoas negras. Assim, por meio da análise das notícias, podemos afirmar que, apesar das diferentes perspectivas editoriais dos veículos anteriormente mencionados, as sete notícias/manchetes possuem características similares, tornando-se possível a observação da falta da criminalização do ato e do silenciamento da racialização ante o acontecimento.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Subjetividade jornalística. Discursos racializados. Moïse Kabagambe. Imigração. Racialidade.

ABSTRACT

JOURNALISM AND RACIALITY: A DISCURSIVE ANALYSIS OF JOURNALISTIC OBJECTIVITY AND ITS IMPACT ON NEWS PRODUCTIONS ABOUT RACIAL CRIMES

AUTHOR: Maria Mariana do Nascimento Silva

ADVISOR: Profa. Dra. Marluza da Rosa

This work has as general objective to problematize the way journalism reports racial crimes and their discursive characteristics. Thus, the object of study was the way the news portals Folha de S.Paulo, G1, O Globo and Estadão reported the murder of Moïse Kabagambe, a young black man of twenty-four years, who was a political refugee and came to Brazil in search of better living conditions. On January 24, 2022, the young man was brutally murdered in the West Zone of Rio de Janeiro, at a kiosk in Barra da Tijuca, where he worked. Moïse was hit by thirty-nine blows, delivered by his bosses after collecting the late payments. The crime obtained a certain media repercussion, however, historically the journalistic discourse makes use of practices and linguistic mechanisms that often do not criminalize the murders of black people and report them as isolated cases, rather than a systemic condition of Brazil. Thus, as specific objectives, the following were defined: a) to problematize the notion of journalistic objectivity; b) explore the issues that lead to the choice of newsworthiness, c) question the exploitation of images of suffering of social minorities in order to "report" the racial crimes that involve them; d) to understand the issue of otherness from the crossing of the migratory and xenophobic issue in the journalistic discourse. This research is inserted in the field of Discourse Analysis and mobilizes concepts such as discursive formations Pêcheux (1994), the unsaid, Orlandi (2007,2009), and the condition of those who deserve to live and die Foucault (2008,1996). In order to observe the way journalism discusses raciality in its discourse (MODESTO, 2021), the concepts of structural racism, by Almeida (2018), *outridade*, by Kilomba (2018) and Ahmed (2000), as well as other notions such as the narcissistic pact of whiteness, by Bento (2022), and the issue of subjectivity in journalistic discourse, by Moraes (2022), were mobilized. For the constitution of the object of analysis, the organization of the archive was carried out, through the collection of journalistic texts found on the online platform "Google News", during the period referring to the day of the murder of Moïse Kabagambe (24/01/2022) until one month after the crime (24/02/2022). This study aims to understand if and in what way the journalistic discourse has helped in the production and reproduction of racism, when it comes to events related to the murder of black people. Thus, through the analysis of the news, we can affirm that, despite the different editorial perspectives of the aforementioned vehicles, the seven news/headlines have similar characteristics, making it possible to observe the lack of criminalization of the act and the silencing of racialization before the event.

Keywords: Journalistic discourse. Journalistic subjectivity. Racialized discourse. Moïse Kabagambe. Immigration. Raciality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – SD 1	41
Figura 2 – SD 2	41
Figura 5 – SD 5	45
Figura 6 – SD 6	46
Figura 10 – SD 10	52
Figura 12– SD 12	54
Figura 13 – SD 13	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notícias selecionadas para a composição do *corpus*

39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PRODUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO E A NOÇÃO DE JORNALISMO DA SUBJETIVIDADE	15
1.1 O VALOR-NOTÍCIA E A PAUTA	16
1.2 JORNALISMO E ACADEMICISMO: COMO PODEMOS PENSAR SOBRE AS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS EM SALA DE AULA	19
2. RACISMO DISCURSIVO	23
2.1 XENOFOBIA, IMIGRAÇÃO E RACISMO	25
2.2 A RELAÇÃO DO OUTRO / OUTRIDADE E A UNIVERSALIDADE DA BRANQUITUDE	28
2.3 CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO JOVEM NEGRO E IMAGENS DE CONTROLE	31
3. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE	35
3.1 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE E A NOÇÃO DO SILENCIAMENTO NAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS SOBRE O ASSASSINATO DE MOÏSE KABAGAMBE	40
3.2 PRODUÇÃO E LINGUAGEM DO DISCURSO JORNALÍSTICO POR MEIO DO CONCEITO DA OBJETIVIDADE	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A violência racial no Brasil é um fenômeno histórico, uma vez que este é um país construído literalmente às custas da reprodução sistêmica da violência contra pessoas negras e indígenas, o que resultou em complexas dinâmicas sociais de poder. Dessa forma, a compreensão de que o racismo é estrutural significa que ele está presente em todos os meios sociais e institucionais, inclusive no jornalismo.

Almeida (2018, p. 50) afirma que “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”, ou seja, o racismo está tão estruturado que é visto como “normal”. No entanto, o autor acrescenta que essa não é uma afirmação de que o racismo seja uma condição irreduzível e que os indivíduos que o cometem não devam ser responsabilizados. O propósito desse olhar é mostrar a complexidade das análises teóricas que envolvem o racismo e como ele é um processo histórico e político que cria condições sistêmicas para que grupos racialmente identificados como não brancos sejam discriminados.

Pensando no âmbito do jornalismo, compreende-se que sua função social é a de apurar acontecimentos e informá-los ao público, prezando pela objetividade e por valores técnicos (como o valor-notícia e a escolha das pautas), que implicam em seu funcionamento, além de ser um importante campo na promoção de mudanças e novas discussões. No entanto, o jornalismo, muitas vezes, pode ser produtor e reproduzidor do racismo no modo como redige/transmite/apura as notícias, o que também pode impactar na maneira como os leitores se posicionam em relação a notícias e acontecimentos atrelados ao racismo. Afinal, o jornalismo, em particular, e a mídia, em geral, têm uma grande responsabilidade na construção do nosso imaginário social (ALMEIDA, 2018), assim dizendo, em nosso modo de ver e compreender o mundo e as dinâmicas sociais.

Outro pressuposto, no que tange ao jornalismo, é o de que as notícias, por mais veracidade que possuam, não são neutras (TRAQUINA, 2005), e o jornalismo não é imparcial. Existe a seleção dos conteúdos informativos, a priorização de determinados acontecimentos em detrimento de outros e a noção do que seja urgência informativa. Um exemplo disso é que, ao se basear apenas em moldes técnicos *tradicionais*¹, muitas vezes o jornalismo exclui noções como raça, gênero e classe (MORAES; VEIGA DA SILVA,

¹ Essa noção será aprofundada no capítulo sobre subjetividade no jornalismo.

2019). Assim, torna-se pertinente problematizar conceitos como a objetividade jornalística, não no que se refere aos procedimentos básicos da construção de uma notícia, afinal esses são procedimentos pilares, mas na objetividade assentada em uma racionalidade que constrói a ideia de um “outro” ou de um “normal” a partir de ideias racializadas, classistas e generificadas (MORAES, 2022).

Pensando em um país que a cada 23 minutos assassina um jovem negro², entendemos que raça e racismo são noções que precisam ser amplamente debatidas e reavaliadas. A partir desse cenário, esta pesquisa se torna relevante para os estudos do jornalismo, por ter como foco problematizar a violência racial, mais especificamente no discurso jornalístico, com a finalidade de analisar o modo como os veículos de notícias reportam crimes raciais e suas características discursivas. O crime cuja repercussão foi selecionada para a análise possui, além do recorte racial, o de classe e a xenofobia. Assim, ele está integrado em uma camada de outros silenciamentos e precarização do nosso país, tornando pertinente avaliar o posicionamento da comunicação nesse aspecto.

Dessa forma, como objetivos específicos, foram definidos: a) problematizar a noção de objetividade jornalística; b) explorar as questões que levam à escolha do valor-notícia, c) questionar a exploração de imagens de sofrimento de minorias sociais em função de “noticiar” os crimes raciais que as envolvem; d) compreender a questão da outridade a partir do atravessamento da questão migratória e xenofóbica no discurso jornalístico.

O *corpus* é composto por sete sequências discursivas, definidas a partir de manchetes e trechos dos portais G1, O Globo, Folha de S.Paulo e Estadão sobre o assassinato de Möise Kabagambe, um jovem negro congolês de 24 anos, refugiado político, assassinado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. As notícias selecionadas foram publicadas entre o dia 24 de janeiro de 2022 (dia em que ocorreu o crime) até o dia 24 de fevereiro (um mês depois). A escolha desse intervalo de um mês é para observar se houve alguma mudança no andamento das investigações sobre o crime e conseqüentemente no processo de constituição-formulação-circulação das notícias.

A construção teórica desta monografia é também fundamentada no trabalho de pesquisadoras e pesquisadores que compreendem a importância de se fazer recortes sociais. Dessa forma, esta pesquisa foi dividida em três capítulos, com subseções. O

² Dado obtido no site do Senado Federal.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2018/12/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-esta-sendo-assassinado-no-brasil-diz-pesquisadora>. Acesso em: 06 out. 2022

primeiro capítulo trata da produção do discurso jornalístico e da importância da subjetividade tendo como base os estudos de Moraes (2015, 2022) e Moraes e Veiga da Silva (2019), além de discutir os conceitos de valor-notícia e pauta, conceituados por Moraes (2015, 2022), Ferreira (2012), Galtung e Ruge (1993) e Silva (2005). Já a última seção do primeiro capítulo discute o academicismo e as formas de pensar sobre o jornalismo em sala de aula.

O segundo capítulo foi dividido em três seções, que apresentam os conceitos de racismo estrutural, por meio do pensamento de Almeida (2018) e de racismo discursivo, com base nos trabalhos de Hall (1995) e Modesto (2021). Esta pesquisa tem como enfoque a produção das notícias sobre o assassinato de Moïse Kabagambe, um jovem negro imigrante congolês. Então, as noções de xenofobia, imigração e os seus atravessamentos pelo racismo, são apresentadas por meio dos estudos de Balibar e Wallerstein (2021), Faustino e Oliveira (2021) e Ribeiro (2021). Posteriormente, é abordada a noção de outridade, estudada por Kilomba (2018) e Ahmed (2000). Por último, mobilizamos a construção imaginária do jovem negro, por meio das imagens de controle (COLLINS; BUENO 2020) e das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997).

Por fim, o terceiro capítulo é analítico, dividido em duas seções. A primeira parte analisa o modo como o discurso jornalístico construiu a imagem Moïse nas notícias sobre o seu assassinato e a segunda questiona as práticas jornalísticas adotadas pelos veículos selecionados.

1. PRODUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO E A NOÇÃO DE JORNALISMO DA SUBJETIVIDADE

Anteriormente a qualquer análise sobre o jornalismo e conseqüentemente seus desdobramentos na produção e disseminação de conceitos que podem afetar nossas perspectivas sociais sobre os acontecimentos do cotidiano, torna-se relevante compreender o modo como o jornalismo se inicia e se estrutura na técnica, e como isso se demonstra discursivamente. Assim, propomos pensar na objetividade jornalística. Nesse quesito, Moraes (2015, p. 159) afirma que “é preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana”. Para a autora, esse jornalismo permite que os elementos que escapam da “rede técnica” sejam considerados, ao invés de negados. Assim, é possível assumir que o mundo exterior e o outro (independentemente de ser um fenômeno factual ou um acontecimento) não podem ser dominados, mas sim incorporados às limitações das práticas jornalísticas. Dessa forma, Moraes (2015) acrescenta que:

Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida - o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É certamente um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. (MORAES, 2015, p. 159).

Em outros termos, fazer jornalismo pensando na subjetividade é aceitar a possibilidade de contar/noticiar uma história ou um acontecimento de forma mais contemplativa. No entanto, a autora destaca que ambas as noções são importantes no processo das produção jornalística, pois a notícia é feita a partir da articulação entre a objetividade e a subjetividade. Reconhecer a subjetividade como prática não significa deixar de lado os elementos substanciais do jornalismo - como a pertinência da informação, a minuciosidade na checagem dos fatos e a clareza na escrita. Afinal, esses aspectos fazem parte da escrita jornalística. Além disso, é relevante destacar que a objetividade não é sinônimo da imparcialidade, uma vez que, para garantir a compreensão do leitor, torna-se necessário que o texto seja coeso. Assim, o questionamento desta pesquisa é voltado para o modo de produção do discurso jornalístico que se baseia na objetividade como um conceito excludente.

Assim, é importante compreender que, muitas vezes, a discussão sobre o aspecto objetivo/subjetivo não está fundamentada pela discussão racial, de gênero e classe, muito menos atrelada à própria epistemologia jornalística (apontada como branca e excludente pela jornalista). Moraes (2022) explicita o seguinte sobre essa objetividade, que continua fortemente sendo condutora da prática jornalista:

É preciso dizer desde já que essa é uma objetividade específica, calcada em uma racionalidade moderna, responsável por formas de ver, valorar, interpretar e enquadrar. Também com capacidade de hierarquizar humanidades, de transmutar e de persistir. Uma objetividade que, assim, produz e reproduz não só desigualdades sociais, mas, como observa Sodré, ontológicas. (MORAES, 2022, p. 33).

Para a autora, ainda há uma reluta muito grande por parte da academia e dos jornalistas de aceitarem a subjetividade, por acreditarem que ao criticar a objetividade no jornalismo é uma forma de demoli-lo. Porém, para Moraes, é necessário implodir esse jornalismo que “coisificou pessoas e populações e promoveu tipos vários de violência disfarçando-se sob um manto no qual estavam escritas palavras como ‘democrático’, ‘isento’ e ‘objetivo’” (MORAES, 2022, p. 96). Esse jornalismo está equiparado e protegido por seu contínuo processo de ser produtor e reproduzidor de violências (como veremos na seção da análise das notícias).

O problema dessa objetividade específica, é que ela é a representação da relutância do jornalismo em perceber que existe mais de uma visão de mundo e que, muitas vezes, a escolha de enquadramento adotada é justamente aquela que menospreza minorias sociais e se apoia nos moldes clássicos como modo de manutenção e perpetuação da violência. Dessa maneira, quando Moraes (2022) afirma que é preciso “tirar a subjetividade do armário”, significa reconhecer a existência das problemáticas da nossa concepção de nação e de ideias como os *cidadãos de bem* (homens brancos e héteros) e todos que foram classificados como outros. Consequentemente, pensar a subjetividade como prática reflexiva no jornalismo é permitir o diálogo, o confronto e a reflexividade e, assim, garantir um jornalismo humanitário. Dessa forma, discutir o conceito de valor-notícia e o que é pauta para o jornalismo é essencial.

1.1 O VALOR-NOTÍCIA E A PAUTA

O jornalismo tem como função social apurar e investigar os acontecimentos que são de interesse público e que impactam diretamente no funcionamento da sociedade

(MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019), além de ser uma das principais áreas de conhecimento responsáveis pela socialização de novas discussões.

Na contemporaneidade, os meios de comunicação são relevantes por suas posições privilegiadas, porque, além de liderarem o agendamento de notícias, podem interferir nas nossas visões de mundo (FERREIRA, 2012). Apesar de existir a possibilidade de escolha por parte de quem vai ler e selecionar como irá se informar, são inegáveis o poder e a influência dos meios de comunicação. O que o jornalismo decide informar e como decide informar é uma escolha política, os sentidos produzidos e adotados advêm de condições específicas e diretamente ligadas ao cenário sociocultural e histórico (ORLANDI, 2007), muitas vezes apoiados em critérios excludentes. Dessa forma, ao analisar o discurso jornalístico, é necessário, além de pensar no que foi escrito, compreender o que foi escolhido não ser selecionado.

Segundo Orlandi (2009), não existe uma verdade oculta atrás dos textos, mas sim gestos interpretativos que são de responsabilidade do analista de discurso compreender. Afinal, o discurso pode ser definido como o ritual da palavra, mesmo das que não dizem (ORLANDI, 2009). Uma das consequências desse ritual é o critério de noticiabilidade. Galtung e Ruge (1993) afirmam que, muitas vezes, a seleção do que deve ser noticiado é decorrência de uma visão elitizada e hegemônica, resultando na assimilação de que acontecimentos que estejam relacionados com pessoas brancas de classe média-alta devam receber maior destaque do que pautas relacionadas a pessoas negras, imigrantes e periféricas, por exemplo.

O valor-notícia³ é um critério pensado pelo jornalismo como uma forma de selecionar quais notícias são mais relevantes para o público. Para Hohlfeldt (2001), esses valores são um “conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação de massa e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e de novos eventos, se transformando em notícia” (HOHLFELDT, 2001, p. 208), também podem ser caracterizados como a seleção primária dos fatos advindos de uma seleção hierárquica (SILVA, 2005). A partir dessas considerações, podemos refletir sobre os impactos que o valor-notícia gera no jornalismo,

³ Galtung e Ruge (1965) apontam para a questão de o valor-notícia possuir aspectos culturais, sendo a morte enraizada diretamente no enfoque adotado pelo jornalismo como pauta. Para Morin (2000), a morte é o grande trauma da humanidade, dessa forma, segundo a autora, os jornalistas, conscientes ou não dessa noção, elegem a morte como um dos maiores valores-notícias negativos. Para esta pesquisa, além da questão da morte, estamos também analisando as escolhas jornalísticas em relação à racialidade e como ambas são pautadas nas notícias.

ao se pensar nas pautas referentes a pessoas negras, mulheres, pessoas periféricas etc. Moraes (2022) aponta que, pelo fato de o valor-notícia ser o que torna algo mais noticiável, é por ele também que se tornam perceptíveis as negligências do jornalismo.

Por isso, a autora afirma que “o racismo e o classismo, o sexismo, o machismo e o preconceito de origem e do saber não canônico moldam e moldaram fortemente nossos valores-notícia, e esta é uma questão que precisa ser trazida para os critérios de noticiabilidade” (MORAES, 2022, p. 124). Sendo o racismo visto como “norma e não exceção” (ALMEIDA, 2018, p. 50), é pertinente analisar o que, de fato, é urgente para os meios de comunicação e o que já foi tão naturalizado, que deixou de ser visto como um tópico relevante a ser discutido e pensado em seus recortes de pauta.

Nesse aspecto, Moraes (2022) menciona que o evidente, por mais absurdo que seja, é naturalizado. Para esta pesquisa, estamos tratando de um crime racial, que também perpassa por questões de classe e xenofobia: Moïse Kabagambe foi assassinado. Ele é mais um dos jovens negros assassinados a cada 23 minutos no Brasil. Porém, sua morte faz parte das categorias que o jornalismo classifica como fator um fator de natural, ao mesmo tempo que espetaculariza o acontecimento por meio dos critérios de noticiabilidade que visam a morte como um dos maiores valores-notícias.

Para Gregolin (2005, p. 9), a partir da leitura de Foucault, “Certos discursos que circulam na mídia contemporânea produzem uma rede simbólica que forja identidades a partir de uma ‘estética de si’”. Em outras palavras, às vezes os meios de comunicação podem dar a entender que existe apenas um modo de se falar sobre determinado assunto. Desta forma, o jornalista é um sujeito que está inserido em condições de produção, definidas como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (PÊCHEUX, 1969, p. 73). Portanto, o processo de produção discursiva no jornalismo é o conjunto de dispositivos formais que produzem um certo funcionamento discurso, inserido em condições de produção dadas, que perpassam por questões políticas, históricas e sociais, além do seu vínculo com um portal de notícias que já tem preestabelecidas as suas formas de fazer jornalismo. Logo, não existe apenas um modo único de dizer, por isso o jornalista necessita estar sempre atento a suas práticas como profissional, além de compreender que o seu trabalho não acaba após a publicação de uma notícia e começa bem antes dela. Nesse sentido, propomos pensar no fazer jornalístico que antecede as redações.

1.2 JORNALISMO E ACADEMICISMO: COMO PODEMOS PENSAR SOBRE AS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS EM SALA DE AULA

Nesta seção, discutiremos questões envolvendo o jornalismo e a abordagem acadêmica. Primeiramente, podemos pontuar que o jornalismo é uma instituição (ALMEIDA, 2018) e um campo científico. Assim, para sua execução, foi basilar a criação de conceitos e mecanismos que o fundamentam. De acordo com Moraes e Veiga da Silva (2019), o jornalismo é partícipe e mediador entre a linguagem cotidiana e os conceitos científicos, que acompanham características similares à ciência, adquirindo epistemologias e métodos que concernem à “objetividade”. Os guias jornalísticos são fundamentados por conceitos como universalidade, neutralidade, imparcialidade, técnicas que fazem parte da produção e da apuração jornalística, mas, como foi conceituado na primeira seção, comumente ignoram aspectos socioculturais que são importantes para o registro dos acontecimentos cotidianos, especificamente aqueles que envolvem minorias sociais.

Essa dinâmica cria uma disparidade na construção prática e teórica das áreas de conhecimento, que acabam por atrelar seus conceitos a uma visão de mundo restrita à branquitude-heteronormativa. Assim, para além da instituição, é necessário refletir sobre o academicismo e seus moldes no jornalismo. De acordo com o *dicionário Michaelis*⁴ o termo *academicismo* pode ser definido, dentre outras acepções, como “respeito ou obediência aos preceitos tradicionais de uma área do conhecimento, de uma arte etc.” Já o dicionário *Priberam*⁵ define como “espírito ou comportamento acadêmico, quem faz parte da academia”. Desse modo, para este capítulo, damos enfoque para a nomenclatura de academicismo que obedece aos conceitos tradicionais, no sentido de nem sempre ser receptivo a novas ideias e ter como base, em muitos momentos, a memória colonial. Questionamos o academicismo a partir dos estudos de Kilomba (2018), que fomenta a importância da produção de conhecimentos alternativos que fomentam noções como racialidade e gênero.

Os centros universitários são essenciais, pois é a partir deles que é possível fazer pesquisas e extensão, que resultam em novas formas de pensar e salvar vidas. O que aprendemos na academia, assim como a objetividade jornalística, é importante e é um

⁴ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

⁵ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/academicismo>>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

modo de certificar a qualidade e veracidade do que está sendo produzido. No entanto, assim como Moraes (2022) apontou a necessidade da implosão do jornalismo apoiado em noções excludentes, é pertinente questionar alguns dos métodos ainda adotados pela academia hoje. Nesse caso, a noção da objetividade como única forma de se pensar e reconhecer as narrativas jornalísticas. Moraes (2022) aponta que há frutíferas contribuições, para o campo do jornalismo, de áreas diversas, como arte, literatura, artes visuais, cinema, documentários etc., que possibilitam outras formas de pensar a comunicação, no entanto, a autora acredita que a ênfase na objetividade não dá espaço para que essa relação seja construída. Ela aponta que, apesar de o jornalismo já fazer o uso dessas áreas de conhecimento, ainda há uma recusa dessa integração. Como exemplo, a jornalista relembra o selo de “Jornalismo literário”, visto como uma distinção do jornalismo tradicional, sendo que é justamente um fazer jornalístico que reconhece a importância de se pensar além do que é considerado como norma, devido ao fato de que o que entendemos como tradicional não é o suficiente quando tratamos de questões sociais.

Desse modo, podemos refletir sobre o que Santos (2001) conceitua a partir ao dizer que:

o nosso conhecimento cresce às manchas [...] e, tal como manchas de gordura alastra. Mas nós deixamos que alastre o menos possível: mantemos sem alteração tanto quando podemos do conhecimento velho, dos velhos preconceitos e crenças [...] acontece raramente que um novo facto é acrescentado cru. Mais frequentemente é misturado e cozido no molho do velho. (SANTOS, 2000, p. 101).

Apesar da importância dos autores basilares e da existência de novos pesquisadores, boa parte das referências bibliográficas apresentadas nas discussões sobre jornalismo nas salas de aula estão distantes das problemáticas que necessitam ser atendidas, devido ao fato de ainda estarem apoiadas em teorias que não fundamentam as mudanças sociais. Assim, podemos refletir sobre o que Santos (2000) afirma:

Parece, pois, que se não tivermos uma motivação (não científica) para mudarmos a teoria, a tendência será para contextualizarmos os novos factos ou acontecimentos em associações que nos são familiares e que, por isso, nos devolvem à teoria que perfilhamos e que, dessa maneira, confirmamos (SANTOS, 2000, p. 101).

Ainda que os estudos que utilizamos hoje tenham uma profunda importância histórica e façam parte das nossas noções de mundo, a área se transforma e é fundamental

que o jornalista reflita criticamente sobre o país em que está inserido e sobre todas as suas nuances. Afinal, o Brasil é um país visto como acolhedor, ao mesmo tempo em que é violento com os seus. Para refletir sobre essa situação, González (1984, p. 231) apresenta o conceito de neurose cultural brasileira, sendo o neurótico aquele que “constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios”. Com isso, é possível associar o jornalismo e a academia a essa estrutura neurótica que, por vezes, produz/reproduz e consolida os sintomas escravocratas que permitem tantas normalizações, esquecimentos e notícias (como as que veremos na seção da análise). Não pensar sobre raça é não pensar na realidade do país em que vivemos, não trazer pensadores que movimentam essa noção é dar espaço para que não haja mudança, nem nas salas de aula, nem fora delas.

Um dos pilares para a construção e a manutenção dessa negação no discurso acadêmico e que consequentemente perpassa o discurso jornalístico é a posição em que pessoas não brancas são frequentemente colocadas: como objetos e raramente como sujeitos (KILOMBA, 2018). Dessa forma, a diversidade de fontes e conhecimentos científicos se torna escassa, não pela falta da produção de conhecimento acadêmico por pessoas negras, porém pela não validação desse conhecimento como tal.

Collins (2020) fundamenta que é através da diversidade que podemos reverter imagens distorcidas e repensar novos caminhos. É importante ressaltar que isso não quer dizer que todas as questões sobre o jornalismo/racismo/academicismo serão resolvidas, no entanto, é necessária a validação de pensadores que contemplem outras noções e que rompam com as características estritamente visadas como “técnicas”, as quais tratam dos aspectos de raça, classe, gênero e território como exceções e não como parte da estrutura dos moldes jornalísticos.

Para Moraes (2022), por meio da leitura de Sodré (2019), parte da academia e da imprensa adotou a “boa consciência iluminista”, aquela que repetia para si e para o mundo: “somos todos iguais” (MORAES, 2022, p. 24), o que é fundamentado pela falácia da democracia racial, que conduz a pensamentos como:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZÁLEZ, 1984, p. 226).

Essa suposição de igualdade racial pode servir como escudo para a não discussão sobre raça/colonialidade na academia e explicar parte da superficialidade das abordagens jornalísticas (MORAES, 2022). Quando González satiriza a inexistência do racismo no Brasil, é pelo fato de que o nosso país o fundamenta tão bem que, constantemente, tenta agir como se ele não existisse ao não reconhecê-lo como base das violências. No entanto, o racismo perpassa todas as camadas sociais e se consolida, inclusive e principalmente, no discurso. Para tratar da língua, por exemplo, González (1984) criou e conceituou o termo *pretuguês*:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim (6). De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido, é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência européia, muito civilizado, etc e tal. (GONZÁLEZ, 1984, p. 238).

O pretuguês é o reconhecimento de que nossa língua e nossa cultura provêm de origem africana. É um modo de ver que a brasilidade é inerente à negritude. O conhecimento de pessoas negras é base para a construção e a manutenção do nosso país. Dentro e fora dos espaços acadêmicos, reconhecer isso é fundamental para a construção de um jornalismo comprometido com seus códigos de ética. Assim, podemos pensar sobre as construções e manutenções feitas pelo jornalismo e como elas podem se estabelecer discursivamente.

2. RACISMO DISCURSIVO

Como foi conceituado anteriormente, o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2018), por isso ele também é discursivo (HALL, 1995). Hall (1995) declara que raça é uma construção discursiva, com um significante deslizante, pelo fato de ser um dos maiores organizadores para a classificação das diferenças entre as sociedades humanas. O autor afirma que “dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis” (HALL, 1995, p. 1).

Nesse sentido, Hall afirma que é necessário ver além da definição de raça biológica e pensar no viés sócio-histórico e cultural. A partir disso, é possível compreender que raça é um significante, e que a diferença racializada necessita ser entendida como um fato discursivo⁶ e sem nenhum respaldo biológico. Dito de outro modo, quando se trata de racismo, há associações e nomeações preestabelecidas, de cunho racista, a respeito do que é ser uma pessoa negra em nossa sociedade. Dessa forma, ao compreender raça como um significante, é possível entender que as noções atribuídas ao racismo estão ligadas aos conceitos estabelecidos como norma em relação a racialidade.

O autor também destaca que o deslocamento das noções de “raça” e “negro” é um instrumento advindo das lutas sociais dos movimentos negros contra o racismo, devido ao fato de que o conceito de raça faz sentido para a colonialidade e para o capitalismo, que estabelecem o negro como o outro. Logo, quando falamos sobre grupos de pessoas não brancas, que consequentemente tiveram as suas identidades apagadas, fazer nomeações se torna importante porque é uma forma de reconhecer e validar sua existência.

De forma semelhante, para Kilomba (2008, p. 130), o racismo também funciona através de uma cadeia deslizante ou flutuante de palavras e imagens que se associam em equivalentes: “africano-África-selvagem-primitivo-inferior-animal-macaco”. A autora afirma que essas cadeias de associação se tornam convincentes porque significam um processo de deslocamento. “Esse processo em que o último objeto, ‘o macaco’, se torna um símbolo do primeiro, ‘a/o africana/o,’ permite que discursos censurados – discursos

⁶ Na seção de análise das notícias essa questão será retomada.

racistas – ocorram sem necessariamente serem percebidos como agressivos” (KILOMBA, 2008, p. 31). A autora acrescenta que “Uma cadeia de equivalentes legitima o racismo ao fixar identidades em seus lugares: imigrantes-imigrantes ilegais-sem lei-criminosos-perigosos-temíveis” (KILOMBA, 2008, p. 31). Essa cadeia de equivalentes racistas e xenofóbicos é responsável pela fundamentação do discurso sobre a diferença racial, que fixa e estabiliza o que não deveria ser fixado e estabilizado, tornando as diferenças raciais, discursivamente construídas, como verdades absolutas (HALL, 1995).

Dessa forma, para Hall, ao compreender a raça como um significante (o elemento tangível), é possível entender que as noções atribuídas ao racismo estão ligadas aos conceitos estabelecidos como norma, que irão aparecer no significado (o ente abstrato do signo). No caso do discurso jornalístico, essa noção (de significante e significado) é atribuída às escolhas de palavras que caracterizam pessoas negras como, por exemplo, nas associações entre negro- traficante e branco-delivery de drogas. Modesto (2021) aponta que atualmente existe uma grande preocupação com o uso de uma linguagem politicamente correta. O autor exemplifica que muitas produções passaram a fornecer “manuais” de usos linguísticos com palavras que devem ser evitadas (como “criado mudo” e “mulata”, por exemplo). Assim, tanto a mídia alternativa como a tradicional passam a se preocupar em adotar essa linguagem. No entanto, quando a temática racial deixa de ser visada de forma vigilante, ainda é possível identificar os atravessamentos das condições de produção racializadas do discurso, principalmente no jornalístico.

O autor exemplifica que as notícias sobre crimes raciais normalmente tratam dessa violência como um caso isolado, entre indivíduos envolvidos em uma situação, ao invés de uma violência sistêmica. Ao fazer isso, a notícia coloca em dúvida a memória discursiva do genocídio brasileiro, principalmente em relação à população negra periférica, além de tirar a responsabilidade do Estado como o autor dessa violência. Dessa forma, González (1984) afirma que:

É por essa via que dá prá entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de que? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). (GONZÁLEZ, 1984, p. 238).

Os questionamentos de González abrem diversas camadas sobre a operação do racismo no Brasil, inclusive sobre o modo como ele se manifesta de diferentes formas:

Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZÁLEZ, 1984, p. 238).

Nesta pesquisa, propomos pensar sobre alguns dos desdobramentos do recorte racial e, conseqüentemente, sobre a relação entre xenofobia, imigração e seus atravessamentos pelo racismo.

2.1 XENOFOBIA, IMIGRAÇÃO E RACISMO

Balibar e Wallerstein (2021) afirmam que o funcionamento da categoria imigração é uma camuflagem para o termo raça e suas derivações. Os autores exemplificam o caso dos trabalhadores imigrantes, que são discriminados e submetidos a xenofobia e estereótipos racistas há muito tempo. Ambos destacam que o racismo passou por um deslocamento, tornando-se um racismo da "descolonização", proveniente dos movimentos de populações entre antigas colônias e metrópoles. Do ponto de vista dos autores, o racismo atual, centrado na imigração, é associado ao “racismo sem raças”, um racismo dominado não pela biologia ou pela hereditariedade, mas centrado na ideia de que as diferenças culturais são indivisíveis. “Um racismo que, à primeira vista, não postula a superioridade de alguns grupos ou povos em relação a outros, mas ‘somente’ o caráter nocivo da destruição das fronteiras, a incompatibilidade dos gêneros de vida e das tradições” (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p. 56). Os autores nomeiam esse racismo de diferencialista, um racismo que, a princípio, “não enxerga” a raça mas sim todos os motivos para que o imigrante seja visto como alguém que não deve ser tratado do mesmo modo que quem é nativo daquele país. É importante destacar que Balibar e Wallerstein (2021) estão tratando da questão étnica, sem necessariamente atrelá-la à raça, no entanto, no Brasil, esse é um recorte inseparável.

Uma constatação feita na introdução deste trabalho e que é essencial para se pensar na questão da imigração e da xenofobia é: o Brasil foi construído a partir da exploração de indígenas e de pessoas negras (aqui, é importante destacar que os negros não eram nativos, foram sequestrados de diferentes partes do continente africano e trazidos para

cá). O racismo foi disposto de modo central na manutenção e na sustentação da colonização mercantilista nas Américas. No caso do Brasil, a conexão entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo possibilitou a concepção de que pessoas não-brancas, principalmente negras, fossem atreladas a condições de inferioridade racial, social, econômica e cultural (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021). O Brasil colonial se utilizou da força dos escravizados⁷ para a solidificação da economia, porém, viu-se amedrontado com a ideia de um país formado por eles. Faustino e Oliveira (2021) apontam que esse pensamento de superioridade racial possibilitou uma distorção e fortaleceu a ideia de que o trabalhador negro seria a representação do atraso, e o estrangeiro (preferencialmente o europeu) seria a face do progresso, ao promover o branqueamento da população brasileira e, conseqüentemente, a elevação social do país. Dessa forma, os autores afirmam que:

Embora a pretensa superioridade dos imigrantes europeus nunca tenha sido comprovada e, em alguns casos, chegou a provocar frustração nas classes dominantes, a expectativa de sua existência criou-lhes um ambiente de recepção favorável, em detrimento do trabalhador nacional e, sobretudo, de possíveis imigrantes de países africanos que desejassem vir naquele mesmo período. (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 8).

A partir das análises feitas por Sikora (2014), Faustino e Oliveira (2021) afirmam que, em relação às imigrações europeias, no período em que o trabalho escravo passa pelo processo de ser livre, a relação com o xeno se torna mais centrada na filia do que na fobia, “e foi sob esta filia que o país recebeu inclusive - quando a mão de obra europeia não era o suficiente - as nacionalidades de outros continentes não-europeus, oferecendo-lhes, quando conveniente às elites locais, condições de estabelecimento” (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 8). Assim, para os autores, se houve qualquer tipo de sentimento ou ação de fobia, eles foram direcionados aos alienígenas nativos⁸, vistos como uma ameaça à ordem estabelecida primordialmente na escravidão até os dias atuais.

Todavia, Faustino (2016) afirma que isso não impede que os imigrantes de outras origens tenham sido colocados em posições de cunho discriminatório, preconceituoso, regional e, conseqüentemente, de contradição de classe. Porém, esses estigmas estão distantes de serem iguais aos associados ao trabalhador “nacional”, pelo fato de que as diferenciações são pautadas por meio da classe e não da raça. Assim, é possível afirmar

⁷ A noção de escravizado, em vez de escravo, é um deslocamento defendido por diversos pesquisadores negros, como Grada Kilomba, que compreendem que a escravidão foi imposta aos negros e não é um local fixo e identitário a eles.

⁸ Nomenclatura adotada pelos autores para dar conta do termo ‘outsider’ utilizado por Patrícia Hill Collins.

que a hospitalidade brasileira ou aversão ao estrangeiro sempre foi seletiva e desigual (MATTOS, 2016). Com isso, os autores apresentam o conceito de xeno-racismo, criado nos anos 2000, pelo romancista Ambalavaner Sivanandan (1932-2018).

Essa nomenclatura se mostra fundamental para caracterizar que, embora conceitualmente a xenofobia seja “aversão ao estrangeiro”, ela geralmente tem como alvo imigrantes negros vindos do continente africano ou do Haiti (MATTOS, 2016). O autor aponta que “os imigrantes vindos da África e do Haiti, dessa forma, carregam em sua pele o estigma de sua origem e sua ‘raça’, sendo facilmente distinguidos dos demais devido a sua cor, religião e cultura, o que ocasiona numa dificuldade maior de se integrarem plenamente na sociedade” (MATTOS, 2016, p. 35). Assim, para Faustino e Oliveira (2021), o conceito de xeno-racismo, ao reconhecer e nomear o racismo, torna-se uma denúncia em potencial à negação dos direitos e às violências sofridas pelos grupos supracitados. No entanto, os autores constataam que existe a necessidade de aprofundamento teórico em relação às diferenças geográficas e históricas sobre racismo e a xenofobia em estudos e análises sobre migração, principalmente na distribuição da fobia e da filia entre diferentes povos estrangeiros em países que possuem vias coloniais. Afinal, para eles:

A xenofobia racializada que nos caracteriza – embora também seja encontrada nos países centrais, dado que também foram marcados pelo colonialismo – desloca a aporofobia para um intrincado complexo de exploração, discriminação e opressão, onde os significantes mobilizados pela aparição de determinados corpos, corporeidade e indumentárias transcendem a dimensão meramente econômica ou nacional. (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 12).

Em outros termos, é possível afirmar que a xenofobia é atravessada pelo racismo, proveniente do pensamento colonial e violento, perpetuado há séculos. No Brasil, a diferença de tratamento para com os imigrantes é nítida e tem cor. Assim, é necessária a ênfase de que a racialização é uma influente marcadora social. Para Modesto (2021, p. 3):

a produção de discursos racialmente orientados vai além das especificidades dos discursos *de* e *sobre* raça, pois a materialidade discursiva das/nas condições de produção brasileiras aponta o funcionamento de discursos racializados em larga escala e em diversas instâncias que à primeira vista não estão necessariamente inscritas na temática da discussão racial. (MODESTO, 2021, p. 3).

O autor fundamenta, através das palavras de Orlandi (2009), que a constituição dos discursos é feita a partir do contexto histórico-ideológico mais amplo, as condições de produção, responsáveis pelo acontecimento do discurso. É desse modo que ocorre a

materialização entre o ideológico e o linguístico.

Se a constituição dos discursos sofre intervenção das suas condições de produção, é preciso, dessa maneira, pensar na natureza dessas condições para compreender certa produção/constituição discursiva. Por sua vez, tal natureza evoca uma tomada de posição materialista em torno da noção de sociedade, ou melhor, de formação social, porque “o cerne para uma compreensão materialista acerca do conceito de condições de produção está efetivamente no conceito de modo de produção” (MODESTO, 2021, p. 5).

Dessa forma, Modesto (2021) chama a atenção para a existência de um modo de produção dominante, responsável pela organização material do que conhecemos como “sociedade”, visto que, apesar das resistências que possam haver, a nossa formação social é regida pelo modo capitalista, modernidade e globalização, ainda reproduzindo sistematicamente as políticas materiais da colonização.

Para Ribeiro (2021), conforme os estudos de Baslez (2008), a noção da xenofobia pode contribuir para a associação de diferentes características ao longo da história, tendo sempre os sujeitos apresentados como outros. O autor ainda acrescenta que, em uma narrativa discriminatória, há uma relação de assimetria, que permite que “o violador, aquele que subjuga e desumaniza o-outro- estrangeiro, fala para ele e por ele, sem lhe permitir o diálogo e a escuta” (RIBEIRO, 2021, p. 17). Sendo assim, apesar dos avanços nas discussões sobre raça, ainda vivemos em uma sociedade fundamentada pelo racismo e que, como consequência colonial, não reconhece as pessoas negras como sujeitos e sim como *outros*.

2.2 A RELAÇÃO DO OUTRO / OUTRIDADE E A UNIVERSALIDADE DA BRANQUITUDE

Kilomba (2018) define que no racismo estão presentes três características simultâneas: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa negra é vista como “diferente” devido a sua racialidade ou religiosidade. Assim, a autora questiona: “Quem é ‘diferente’ de quem? É o sujeito negro ‘diferente’ do sujeito branco ou o contrário, é o branco ‘diferente’ do negro? Só se torna 'diferente' porque se 'difere' de um grupo que tem o poder de se definir como norma - a norma *branca*” (KILOMBA, 2018, p. 75). Desse modo, é possível afirmar que a branquitude é uma racialidade construída de forma sócio-histórica como um ponto de referência, pois a partir dela todos os não-brancos se tornam outros/outras, dessa forma, para a autora, as/os outras/outros raciais, nesse sentido, não

são “diferentes”, mas se tornam “diferentes” por meio do processo da discriminação.

A segunda característica é: as diferenças construídas estão ligadas a valores hierárquicos. Além de o sujeito ser visto como “diferente”, essa diferença é articulada através do estigma da inferioridade e da desonra. Esses valores são naturalizados, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo, “que chegam a ser vistas/os como ‘a/o problemático/a’, ‘a/o difícil’, ‘a/o perigoso/a’, ‘a/o incomum’” (KILOMBA, 2018, p. 78). Por fim, Kilomba aponta, como terceira característica, que esses processos são apoiados por poderes: histórico, político, social e econômico. A combinação do preconceito e do poder forma o racismo e, sem dúvidas, Kilomba (2018, p. 76) afirma, “racismo é supremacia branca”. Afinal, outros grupos raciais não podem performar o racismo por não possuírem esse poder. A autora sintetiza que os conflitos entre esses grupos ou entre eles e o grupo dominante branco é organizado por outras definições, como o preconceito. O racismo, no entanto, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, mídia, emprego, educação, saúde etc. Nesse sentido, Foucault (1975-1976) declara que o racismo possibilita uma relação positiva sobre a morte, ancorada na ideia construída de que “quanto mais você matar, mais você deixará morrer” ou “quanto mais você deixar morrer mais por isso mesmo você viverá” (FOUCAULT, 1975-1976, p. 305). De acordo com o autor, o racismo faz funcionar a relação guerreira, o que possibilita a naturalização da morte de pessoas negras, por associá-las à posição de quem representa a ameaça.

Consequentemente, é importante pensar sobre o papel da *branquitude* nas relações raciais. Bento (2022) discorre que as organizações constroem narrativas sobre si, sem considerar a pluralidade das pessoas que as consomem e fazem parte dela. A autora exemplifica que muitas empresas dizem prezar pela diversidade e equidade, mas não aplicam isso de forma efetiva. Assim, para Bento (2022):

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude. (BENTO, 2022, p. 14).

As instituições modelam as nossas práticas sociais, conforme Merton (1970, p. 205 apud MARIANI, 1999, p. 48), uma instituição “define, regula e controla os modos aceitáveis de se alcançar [...] objetivos culturalmente definidos, de propósitos e interesses,

mantidos como objetivos legítimos”. Neste sentido, o jornalismo é uma instituição, o que possibilita que ele coordene, rotinize e oriente os comportamentos sociais. Almeida (2018) afirma que as instituições, por fazerem parte da sociedade, são atravessadas pelos indivíduos e grupos que querem controlá-las e que utilizam mecanismos para impor os seus interesses políticos e econômicos, a partir de regras, padrões e condutas que normalizam o seu domínio.

Nesse sentido, Bento (2022) formula o conceito do pacto narcísico da branquitude, um pacto não verbalizado, mas que mantém o mesmo segmento branco e masculino no mesmo tipo de instituição. A pensadora sintetiza que “as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas” (BENTO, 2022, p. 15). O pacto da branquitude possui um *quê* narcisista, porque ele é fundamentado a partir da autopreservação das pessoas brancas, que podem a qualquer momento ser perturbadas pela ameaça do “diferente”. Bento (2022) conclui que esse sentimento de ameaça e medo provocado pelo “outro” está na essência do preconceito e da representação que é feita do outro e do nosso modo de reação a ele.

Para Ahmed (2000), ao questionarmos quem são esses sujeitos classificados como “outros”, desafiamos a suposição de que o “outro” é simplesmente um estranho. A autora propõe que algumas pessoas já são vistas como outras de forma imediata, pois o “outro” é alguém que pré-estabelecidamente é definido como não pertencente.

Reconhecer significa: conhecer novamente, reconhecer e admitir. Como conhecemos o desconhecido de novo? O reconhecimento de desconhecidos é determinado na demarcação social dos espaços de pertencimento: o desconhecido é “conhecido novamente” como aquele que já contaminou tais espaços como uma ameaça tanto para a propriedade como para a pessoa: ‘muitos residentes estão preocupados com os desconhecidos com quem eles devem compartilhar o espaço público, incluindo pessoas sem-teto, mendigos, assaltantes, jovens negros e pessoas com vícios em drogas. (AHMED, 2000, p. 31)⁹.

Assim, o “outro” é usado para definir todas as pessoas que não se encaixam nos parâmetros socialmente criados de um sujeito *não suspeito*. Ahmed aponta que todos os indivíduos são transformados em sujeitos através da interpelação ideológica, no entanto,

⁹ Tradução autoral: To recognise means: to know again, to acknowledge and to admit. How do we know the stranger again? The recognisability of strangers is determinate in the social demarcation of spaces of belonging: the stranger is ‘known again’ as that which has already contaminated such spaces as a threat to both property and person: ‘many residents are concerned about the strangers with whom they must share the public space, including wandering homeless people, aggressive beggars, muggers, anonymous black youths, and drug addicts (AHMED, 2000, p. 32).

quando o sujeito é reconhecido como tal (ela exemplifica a situação de cumprimentar/saudar alguém, “ei, você”, e assim reconhecer a existência do outro) abre a possibilidade de que os sujeitos se diferenciem, ao mesmo tempo/momento em que se constituem como tais. A noção de interpelação do sujeito é formulada, inicialmente, por Althusser (1992). Para o filósofo, “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1992, p. 93). Essa diferenciação pode funcionar da seguinte forma: a postura do policial muda de acordo com a presença dos indivíduos já reconhecíveis como: negros, pessoas sem-teto, pessoas com problemas de vícios em drogas (AHMED, 2000).

Para Moraes (2022), a *outridade* é uma dominação que achata e deforma outras identidades advindas de um projeto contínuo de poder que transforma o outro em desigual. Esse modo de olhar é organizado de forma colonial e está enraizado no fazer jornalístico (MORAES, 2022). Sendo assim, para esta pesquisa, adotamos o conceito de *outridade* pelo fato de que ele contempla o recorte racial que estamos analisando por ser uma noção marcada pelo discurso colonialista. Assim, também é possível pensar na ideia de outremização a partir da pesquisa realizada por Alves (2007):

A dialética Outro/outro é a base do discurso colonial, que se formou quando da chegada dos colonizadores às regiões ainda desconhecidas e posteriormente colonizadas. Antes da chegada dos representantes do poder imperial, os sujeitos coloniais não se constituíam outros, pois não havia a comparação, e a diferenciação entre raças, culturas etc. Com a chegada dos colonizadores é que a dicotomia Outro/outro se instalou devido à instauração de um centro (o império) e as margens (as colônias), provocando a diferenciação entre colonizador e colonizado, branco e não branco, europeu e não europeu. O sujeito colonial que antes era livre e senhor de sua terra passa a receber ordens e tem sua vontade cerceada, tornando-se, assim, objeto. (ALVES, 2007, p. 34).

Assim, para Alves (2007), a sociedade pós-colonial permite que os participantes dessa relação entre colonizador e colonizado estejam presos a posições hierárquicas em que o sujeito oprimido é visto/colocado em uma posição de inferioridade em relação ao grupo dominante. Essas associações são fundamentadas pelas noções de imagens de controle e formações imaginárias que, como veremos a seguir, auxiliam na solidificação de caricaturas sociais racistas e violentas.

2.3 CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO JOVEM NEGRO E IMAGENS DE CONTROLE

Como foi mencionado anteriormente, o jornalismo é um território de práticas discursivas, podendo fomentar diálogos e estabelecer um entendimento acerca das relações sociais. As narrativas que perpassam pela mídia estão envolvidas com os acontecimentos da vida cotidiana e são estimuladas a partir de relações de poder e conflitos que demonstram escolhas políticas e simbólicas, assim, é possível afirmar que o jornalismo constrói e reforça padrões sobre diversos aspectos sociais, inclusive sobre a negritude (ALMEIDA, 2018).

O volume de notícias, reportagens e produtos veiculados em relação à violência racial no Brasil demonstra que o jornalismo é parte do processo de comunicar definições históricas/sociais sobre esse fenômeno, no entanto, como vemos no decorrer desta monografia, há muitas questões em relação à escolha de quem são as pessoas que têm a segurança de terem a sua existência respeitada e validada como tal. Esse vínculo através do jornalismo é feito a partir de reportagens/ notícias que pautam crimes raciais sem reconhecer a racialidade envolvida. Nesse sentido, é fundamental compreender o modo como o jornalismo auxilia na violenta construção da imagem do jovem negro e consequentemente no modo como ele é visto e lido socialmente.

Partindo dos estudos do pensamento feminista negro no campo das Ciências Sociais, Collins (2020) utilizou o conceito de “imagens de controle” para explicar os rótulos que são criados e associados às pessoas negras. Segundo Collins e Bueno (2020), as imagens de controle são a interconexão da dimensão ideológica do racismo e do sexismo. São utilizadas por grupos dominantes como forma de perpetuar padrões de violência e dominação, que historicamente auxiliam a sua manutenção no poder. “As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às iniquidades sociorraciais a aparência de naturalidade e inevitabilidade” (COLLINS e BUENO, 2020, p. 71). Assim, é possível compreender que as imagens de controle estão fundamentadas em uma matriz de dominação que caracteriza e intersecciona as opressões atreladas às mulheres negras, e esses padrões foram estabelecidos por uma interioridade criada através da cultura ocidental branca eurocêntrica.

Para Collins e Bueno (2020), as imagens de controle manifestam sentidos às vivências das mulheres negras, que solidificam essa matriz de dominação. A sua gênese é o período escravocrata, o qual continua sendo reformulado com o intuito de justificar o sistema de vigilância e violência que atravessa o cotidiano das mulheres negras na

sociedade contemporânea. Para as autoras, a naturalização dessas imagens é prejudicial, por reforçar os locais de violências de grupos sub-representados. Elas também salientam que a mídia (o jornalismo, a área de publicidade e propaganda, as produções televisivas etc.) pode produzir e reproduzir essas imagens devido ao conforto de manter as estruturas dominantes e se eximir da responsabilidade pela violência e exploração econômica das pessoas negras, o que leva ao *status quo* da branquitude.

As imagens de controle são centrais para que os sistemas interconectados de dominação de raça, gênero, sexualidade e classe perpetuem um símbolo estrutural que controla o comportamento de mulheres negras e sustenta as falácias da superioridade racial a partir da opressão de gênero. Além disso, a classe desempenha um papel significativo, interpelando a raça, a fim de moldar imagens de mulheres negras (COLLINS; BUENO, 2020).

Apesar dos estudos de Collins e Bueno terem como enfoque a construção imaginária das mulheres negras, é possível afirmar que os homens negros também são alvos de violências fixas, advindas de noções construídas socialmente. O homem negro, na sociedade brasileira, sempre foi alvo de visibilidade política, midiática e intelectual, sendo que, por meio das páginas dos jornais, principalmente as policiais, e até mesmo de teses antropológicas, o homem negro sempre foi visto como o “outro” a ser combatido (RIBEIRO, 2021). A construção da identidade dos homens negros sempre esteve ligada às “fantasias brancas do que a negritude deve ser” (KILOMBA, 2018, p. 38).

Nesse sentido, podemos mobilizar o conceito de formações imaginárias, formulado por Pêcheux (1969). Segundo o autor, em um processo discursivo, presume-se a existência de um destinatário que se encontra em uma determinada formação social. Esse local é representado por formações imaginárias, que determinam as atribuições feitas pelo sujeito e destinatário, ou seja, da imagem que fazem do seu próprio lugar e do outro (CAETANO, 2000, p. 43). Assim:

Para Pêcheux (1990), num discurso estão presentes um sujeito A e um destinatário B, que se encontram em lugares determinados na estrutura de uma formação social. Esses lugares se acham não apenas representados nos processos discursivos, mas transformados. Daí um discurso não implicar necessariamente uma mera troca de informações entre A e B, mas sim um jogo de “efeitos de sentido” entre os participantes. Os sentidos seriam produzidos por um certo imaginário, que é social e é, por sua vez, resultado das relações entre poder e sentidos. E a ideologia seria a responsável por produzir o desconhecimento dos sentidos através de processos discursivos observáveis na materialidade linguística. Toda a prática discursiva trabalha, então, para que o efeito de sentido constituído produza a ilusão de um sentido único. (CAETANO, 2000, p. 43).

Por meio dessa ideia de representação desses lugares entre A e B, podemos fazer esse vínculo entre os estudos do pensamento feminista negro e as teorias do discurso, pois de acordo com Oliveira e Rosa (2022, p. 55), “os sistemas de opressão que permitem que grupos de elite tenham poder sobre a definição de si e do outro estão presentes no funcionamento das formações imaginárias”. Assim, ambos os conceitos de formações imaginárias e de imagens de controle nos permitem analisar não apenas as antecipações entre o discurso jornalístico (A) e a representação da imagem dos jovens negros (B), mas também esse elo na discursividade. Essas percepções teóricas são um possível caminho para a compreensão da manutenção e associação das imagens construídas sobre os jovens negros na sociedade e os seus desdobramentos de forma discursiva.

Desse modo, a relação entre A e B, exposta por Pêcheux (1969), é relevante para esta pesquisa, pois ela demonstra o funcionamento do jogo discursivo e das posições do sujeito. Neste trabalho, analisaremos como o jornalismo se posiciona diante dos crimes raciais que acontecem no Brasil e quais lugares, imagens, são pré-estabelecidas em relação às vítimas, visto que as formações imaginárias funcionam a partir da antecipação das representações do receptor (PÊCHEUX, 1969). Esse conceito em conjunto com as imagens de controle, que visam a colocar as pessoas negras em lugares fixos de violência e subalternidade, pode nos guiar durante a análise.

3. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE

Quando refletimos sobre os impactos do Brasil colonial na nossa formação social, é possível compreender a existência deles em todos os âmbitos do modo como a nossa sociedade se estrutura (ALMEIDA, 2018). Sendo assim, o pensamento colonial pode perpassar por todas as esferas sociais, inclusive no campo acadêmico e profissional. Apesar de existirem discussões e pensadores que reconhecem a visão predominantemente racista desses campos, ainda há um longo processo de mudança no que se refere às discussões sobre a questão racial no nosso país. Afinal, foram mais de trezentos anos de violência construída com base no racismo e nas relações de subalternidade. A partir do cenário social e histórico do Brasil, é possível afirmar que as pessoas negras se encontram em maior estado de vulnerabilidade social, o que resulta no fato de serem os grupos que mais lidam com a precarização¹⁰ tanto nos espaços de trabalho, quanto em outros setores sociais, o que possibilita e naturaliza a violência racial no nosso país.

Dessa forma, esta pesquisa é pensada a partir do discurso jornalístico, a fim de questionar se e de que modo ele contribui para produzir e reproduzir essa violência, mas também quais são os possíveis caminhos para que a comunicação possa se posicionar de forma diferente. Para Moraes (2022), o jornalismo pode assumir a posição de um amolador de facas, pois objetividade, transparência, clareza e neutralidade funcionam como molduras jornalísticas que se articulam como se fossem as únicas formas de se pensar/produzir o jornalismo. A autora afirma que a imprensa, ao se apoiar nesses mecanismos, permite atos como discursos genocidas e preconceituosos, presentes nas falas de figuras que ela autoriza a ocupar esses espaços midiáticos, resultando na repercussão e na amplitude advindas de um processo de seleção e *escolha*¹¹. Desse modo, faz-se preciso que o jornalismo deixe de ocupar um espaço apenas declaratório e enunciativo e passe a fazer recortes como o de raça, gênero, classe e geográfico¹² nos modelos de notícias/reportagens e produções em geral.

Assim, o aparato teórico-metodológico que guia a constituição e análise do *corpus* desta pesquisa é a Análise do Discurso (AD), sendo o discurso definido por Fernandes

¹⁰ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/11/17/interna-trabalhoformacao-2019,807077/negros-ocupam-cargos-com-menor-remuneracao-no-mercado-de-trabalho.shtml>> Acesso em: 15 de jun de 2023.

¹¹ Destaque da autora.

¹² Recorte feito por Fabiana Moraes (2022).

(2007, p. 15) como “um objeto de investigação, que constitui-se de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social”. O Discurso é aquilo que “implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística” (FERNANDES, 2007, p. 12), além de fazer referência a aspectos ideológicos e históricos inseridos nas palavras ao serem enunciadas. Com isso, o autor ressalta que, apesar de o discurso não ser a linguagem em si, é através dela que ele poderá ser materializado, pois possibilita a identificação das posições ideológicas assumidas por quem, neste caso, formula a notícia.

Desse modo, se vamos tratar da tomada de posição do jornalismo em crimes raciais, sabendo que essa posição é ideológica, necessitamos compreender os aspectos sociais envolvidos e os sentidos decorrentes das notícias que serão o foco da análise. Assim, são mobilizadas noções da análise do discurso, como formação discursiva, funcionamento do discurso e condições de produção. Para isso, o referencial teórico se respalda em Foucault (1996, 2008), Orlandi (2007, 2009), Fernandes (2007) e Pêcheux (1990, 1994).

Primeiramente é importante salientar que o campo teórico-histórico da Análise do Discurso tem como fundadores Foucault e Pêcheux. Para Pêcheux (1990) é possível pensar o discurso como opacidade, a partir da relação entre a linguagem e ideologia. Dessa forma, o teórico configura o discurso como “um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2009, p. 10). Dito de outro modo, por meio da AD é possível compreender as produções discursivas e sua exterioridade. Assim, como foi citado inicialmente, por meio do estudo de Fernandes (2007), apesar de o discurso não ser a língua em si, ele implica na materialidade linguística e no modo como ela se exterioriza. Desse modo, também é fundamental pensarmos nas formações discursivas (FD). Foucault (2008) afirma que as formações discursivas são construídas por uma cadeia de regularidades referentes a posicionamentos, correlações, ordem e transformações, sendo possível afirmar que se há regularidade entre essas noções, há uma formação discursiva. Pêcheux (1994, p. 160), ao reler Foucault, considera que a FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Conseguiremos “visualizar” as formações discursivas no momento da análise quando abordarmos o modo como as notícias sobre o assassinato de Moïse utilizaram o fato de ele ser *imigrante e conseqüentemente o outro*

nas mobilizações feitas a partir das produções jornalísticas. Dessa maneira, uma formação discursiva não está isolada, ela se relaciona com outros enunciados. Fernandes (2005) aponta que uma formação discursiva advém de outras formações discursivas e isso acontece devido ao interdiscurso ou memória discursiva. Para Pêcheux (1990, p. 52), a definição de memória discursiva é aquilo que “face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Assim, podemos dizer que a memória discursiva não permanece a mesma. Para Pêcheux (1990, p. 25), é preciso pensar na heterogeneidade discursiva “na medida em que nela podem ser determinadas as condições concretas de existência das contradições pelas quais a história se produz, sob a repetição das memórias ‘estratégicas’”. O interdiscurso e as formações discursivas se aproximam, pois tudo o que se diz já foi mencionado anteriormente, em outros momentos por outros sujeitos, além de também apontar para o que ainda vai ser dito. Assim, para pensar nas formações discursivas do jornalismo, observamos como os portais de notícias se manifestam a partir delas.

Esta é uma pesquisa que explora a importância de discutir sobre racialidade. A partir das palavras de Collins e Bueno (2020), reforçamos que o pensamento de pesquisadoras negras é fundamental, pois traz olhares e questões que possivelmente teriam sido despercebidos por outras pessoas. Pesquisadoras feministas negras têm o movimento de colocar as vozes das mulheres negras no centro da análise e, ao fazerem isso, possibilitam que haja o espaço para a subjetividade (COLLINS; BUENO 2020). Assim, torna-se fundamental pensar sobre o jornalismo por meio das diferentes camadas sociais que o cercam e sobre quem são as pessoas envolvidas nessas produções.

O discurso pode ser definido como o ritual da palavra, mesmo das que não foram ditas (ORLANDI, 2009). Essa é uma noção importante para esta análise, pois, ao pensarmos sobre o discurso jornalístico, há muitas escolhas de acontecimentos que foram colocados em uma notícia e/ou que foram deixados de lado. O que também se torna importante pensar sobre o funcionamento do discurso que, para a autora, envolve a discursividade e a historicidade, permitindo a possibilidade da análise, além do conceito de condições de produção, que, como definido anteriormente, caracteriza-se como o funcionamento discursivo inserido em condições dadas diante de uma determinada situação política/histórica/editorial. As notícias selecionadas para esta monografia tratam do assassinato de Moïse Mugenyi Kabagambe. Moïse era um jovem negro de vinte e quatro anos, nascido na República Democrática do Congo, que veio ao Brasil em 2014,

junto com a mãe e seus irmãos, como refugiado político. Ele trabalhava por diárias em um quiosque de praia na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. No dia 24 de janeiro de 2022, Moïse foi brutalmente assassinado, após cobrar seus pagamentos atrasados. As testemunhas relataram ao G1 que o jovem foi espancado por três homens que estavam armados com pedaços de madeiras e um taco de beisebol. Até o momento desta escrita, a justiça mantém a prisão preventiva dos acusados. Como mencionado anteriormente, o percurso utilizado para a realização da análise foi a escolha dos portais de notícias G1, O Globo, Estadão e Folha de São Paulo, que são veículos que possuem grandes abrangências geográficas e de circulação. As notícias selecionadas foram publicadas entre o dia 24 de janeiro de 2022 (dia do crime) até o dia 24 de fevereiro de 2022. A escolha desse intervalo de um mês do caso justifica-se por possibilitar identificar se houve alguma alteração no modo como as notícias foram formuladas. Em vista disso, também pensamos sobre o conceito de silenciamento, cunhado por Orlandi (2007) é definido como uma “retórica da opressão”, ao defender que a escolha do não dizer, produz um sentido, pois por meio dela é possível observar o que foi selecionado ou deixado de lado, neste caso, pelo discurso jornalístico.

Para esta análise, foi construído um arquivo, pois por meio dele é possível delimitar o *corpus* do estudo. Para Pêcheux (1994, p. 7), a noção de arquivo diz respeito a “um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Em vista disso, o arquivo foi composto por todas as notícias dentro do período de um mês do crime, no entanto, para compor o *corpus* foram selecionadas sete notícias desses portais, por meio de uma busca feita no site Google notícias. Para melhor visualização, essas sete notícias foram organizadas por meio da tabela a seguir.

Tabela 1- Notícias selecionadas para a composição do *corpus*

Ano	Títulos	Data de publicação	Veículo
2022	Congolês morto em quiosque na Barra da Tijuca após cobrar pagamento era 'alegre e prestativo'	31/01	O Globo
2022	Homem preso pela morte de Moïse diz que o agrediu porque estava com raiva	02/02	Folha de S. Paulo
2022	Moïse Kabagambe, espancado no Rio, fugiu aos 14 anos do Congo para não morrer	03/02	Estadão
2022	Moïse Kabagambe era tranquilo e não arrumava confusão, diz frequentador de quiosque	03/02	Estadão
2022	Após morte de Moïse, congoleses se assustam e evitam as ruas no Rio	04/02	Estadão
2022	Moïse foi espancado enquanto clientes compravam refrigerante e testemunha afirma que agressores disseram para 'não olhar'	04/02	Folha de S. Paulo
2022	Quiosque continuou vendendo cerveja por 3 h com corpo de Moïse no chão	08/02	G1

Fonte: Autora (2023)

Para esta análise, daremos enfoque nas manchetes¹³ e em alguns trechos das notícias. Em Análise do Discurso, esses recortes são denominados como sequências discursivas, por serem recortes que serão discutidos no gesto de interpretação que desenvolvemos. O critério utilizado para a escolha desse *corpus* foi a seleção de sete

¹³ O Observatório da Imprensa, aponta que, na prática jornalística, acontece o controle editorial, desse modo, nem todas as publicações com que temos contato como leitores foram primeiramente formuladas assim. Em muitos momentos, o trabalho do jornalista é mediado pelo editor do veículo e pelas próprias diretrizes da empresa a que ele está ligado. Disponível em <https://www.observatoriodaimpresa.com.br/diretorio-academico/_ed793_controle_editorial_nas_redacoes/>. Acesso em: 13 de jul. 2023

textos jornalísticos do gênero notícia¹⁴ que se referem ao assassinato de Moïse, isso se deu pelo fato de essas notícias serem as que mais condizem com o foco deste estudo.

Além disso, como mencionado previamente, os portais escolhidos são considerados os maiores do país, conseqüentemente, podemos compreender os impactos que eles podem produzir no nosso processo informativo. Por último, a escolha desse acontecimento em específico se dá pelo fato de que Moïse era um jovem negro, imigrante e pobre, o que historicamente o vincula a uma série de padrões de violência e negligência sociais estruturadas no Brasil, inclusive no momento de sua morte. Essa delimitação temática busca analisar as características presentes no discurso jornalístico sobre crimes raciais e xenofóbicos. Em vista disso, o percurso metodológico sobre essa análise é embasado por meio das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1969), as imagens de controle (COLLINS; BUENO, 2020), e a noção do silenciamento (ORLANDI, 2007).

Para facilitar a leitura, a análise foi dividida em duas subseções: a primeira tem como objetivo analisar o modo que discurso jornalístico construiu a imagem de Moïse, como um jovem negro e imigrante, e a as escolhas que implicam silenciamento. Já a segunda seção tem como enfoque principal questionar as práticas da objetividade jornalística em crimes que envolvem a violência contra pessoas negras.

Antes de iniciar as considerações analíticas, ressaltamos que esta não é uma análise objetiva e neutra, visto que, no momento em que o analista escolhe um recorte a ser estudado, ele se torna um autor, interpelado pela ideologia (CAMPOS, 2020). Além disso, esta não é uma análise fechada, em virtude de que, para a Análise do Discurso, este é um efeito de sentido, sendo possível a produção de outras pesquisas e estudos com diferentes enfoques.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE E A NOÇÃO DO SILENCIAMENTO NAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS SOBRE O ASSASSINATO DE MOÏSE KABAGAMBE

Como mencionado previamente, nesta seção analisaremos o modo como o discurso jornalístico construiu a imagem de Moïse nas notícias sobre o seu assassinato e quais abordagens foram construídas ou silenciadas nesse processo.

¹⁴ Para Carvalho (2021), notícia é um texto específico jornalístico que expõe um fato atual e considerado um assunto de interesse público. Assim, a autora conclui que, por mais que a notícia seja um aspecto da realidade, ela dá pistas do modo como a sua produção é feita, pela escolha da pauta ou editorial.

A manchete no jornalismo tem a função de apresentar uma introdução ao leitor sobre o que ele está prestes a ler. É uma informação preliminar, construída de forma breve e concisa, no entanto, ela é fundamental, pois é a partir dela que a ideia principal do texto é exposta. A primeira sequência discursiva (SD1) selecionada foi publicada pelo O Globo. Já a segunda (SD2) foi publicada pelo Estadão. Apesar de serem portais distintos, as duas sequências possuem abordagens semelhantes, desse modo, foram colocadas em conjunto para melhor análise:

SD 1



RIO • CASOS DE POLÍCIA

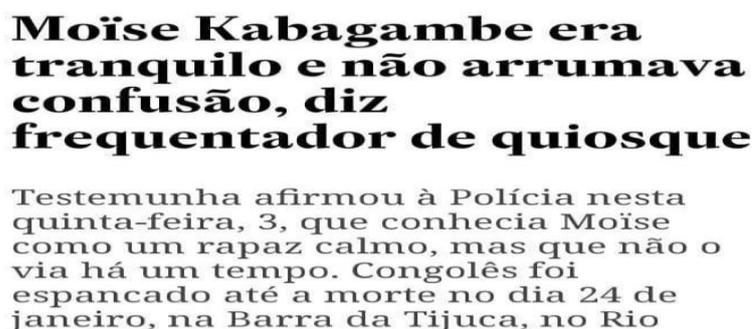
Congolês morto em quiosque na Barra da Tijuca após cobrar pagamento era 'alegre e prestativo'

Família diz que Moise Kabagambe foi torturado até a morte por quatro homens e acusa responsável por estabelecimento de ser mandante; Polícia Civil investiga

O Globo

Fonte: O Globo

SD 2



Moïse Kabagambe era tranquilo e não arrumava confusão, diz frequentador de quiosque

Testemunha afirmou à Polícia nesta quinta-feira, 3, que conhecia Moïse como um rapaz calmo, mas que não o via há um tempo. Congolês foi espancado até a morte no dia 24 de janeiro, na Barra da Tijuca, no Rio

Fonte: Estadão

Nessas duas sequências discursivas, é possível perceber que há uma espécie de “justificativa” de comportamento, pois Moïse era considerado “tranquilo”, era sempre “alegre e prestativo”, “não arrumava confusão”. Essas adjetivações em relação à personalidade do jovem são colocadas como um modo de listar motivos para caracterizá-lo como uma pessoa que não merecia ter sido assassinada. Dessa forma, embora seja comum, em nosso imaginário, falar “bem” dos mortos, é possível observar que existe a formação de uma imagem, no discurso jornalístico, de quem merece viver e de quem pode morrer. Foucault (1976) conceitua que o racismo possibilita uma ideia positiva sobre a morte, por estar baseado na superioridade racial, em que o negro sempre será o inimigo, aquele que deve morrer.

Para o autor, “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei mais forte” (FOUCAULT, 1976, p. 305). Quando os portais decidem projetar em Moïse a imagem de jovem “calmo”, existe a atribuição de que, caso ele não fosse, a sua morte seria justificável. Para além disso, abre-se espaço para que Moïse tivesse sido uma espécie de exceção: desta vez, o jovem negro que foi assassinado era calmo, alegre e prestativo, talvez, os outros que morreram antes dele não fossem.

Assim, podemos pensar nas imagens de controle, apresentadas por Collins e Bueno (2020), e também nas formações imaginárias, conceituadas por Pêcheux (1969). Historicamente, assim como as mulheres negras, os homens negros são associados a estereótipos e estigmas racistas, sendo alvos de sexualização e diversas violências. Sendo assim, Ribeiro (2020) conceituou cinco imagens de controle que fazem parte das vivências dos homens negros. Para esta análise, remontamos à do pivete:

a) o pivete – essa imagem está diretamente ligada à figura do homem negro quando criança, já lido como potencial ameaça por sua imagem representar o bandido em construção, o marginal ainda em fase inicial, como se o processo de constituição do homem negro se desse a partir desses momentos iniciais em que ele pode flertar com a criminalidade e assim vir a ser quem é: um negro perigoso. Essa imagem está largamente representada no folclore e imaginário social brasileiro e pode ser encontrada tanto no Saci Pererê, “rei das travessuras” e “refinado ladrão de crianças” (GALLO, 1987, p. 41), quanto na literatura, como no romance *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado, e na música, como nas composições “Pivete” (1978), “O Meu Guri” (1981) e “As Caravanas” (2017), de Chico Buarque. Essa criança bandida que alimenta os noticiários tem cor/raça, gênero e classe. (RIBEIRO, 2020, p. 13).

Neste caso, ao mesmo tempo em que as notícias distanciam Moïse dessa imagem de perigo em potencial, elas ajudam a concretizá-la, além de ignorarem os verdadeiros sujeitos da ação criminosa: as pessoas que o assassinaram. Um dos efeitos ideológicos no gesto interpretativo do sujeito é a existência da negação, quando o sujeito, neste caso, o jornalista, fala ele está interpretando, em outros termos, o sujeito atribui sentido a tudo o que ele diz, há uma escolha de palavras na expectativa de que ele possa controlar os sentidos (OLIVEIRA; ROSA, 2022).

Moïse Kabagambe foi alvo de trinta e nove pauladas desferidas por três homens, de modo que não existem justificativas para que alguém seja visto como passível ou não passível de um assassinato. A construção de uma notícia que foca em apontar as características que “levariam” uma pessoa a ter o perfil de um criminoso, ao invés de criminalizar o ato, diz muito sobre o posicionamento do jornalismo nesse momento e salienta diversos silenciamentos, inclusive a violência sistêmica no Brasil. Retomando os termos de González (1984):

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (González, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZÁLEZ, 1984, p. 225).

Essa citação de González pode ser considerada uma espécie de epítome em relação ao modo como o racismo é ainda visado no nosso país e conseqüentemente pelo jornalismo. Tudo é conceituado como natural. A SD1, após afirmar que a testemunha o via como uma pessoa calma, em seguida emenda: “Congolês foi espancado até a morte no dia 24 de janeiro na Barra da Tijuca”, sem explicar anteriormente o crime ocorrido, como se fosse mais um desdobramento do cotidiano. Ao fazermos a leitura do restante da notícia do O Globo, percebemos que o veículo traz o “contexto” em que o crime ocorreu: Moïse cobrou seus pagamentos atrasados e isso gerou uma discussão, o jovem foi torturado e espancado até a morte. Depois, o portal apresenta uma fala do irmão de Moïse em que ele narra sobre a cena e encerra com uma descrição da personalidade do jovem: *Moïse é descrito como alguém que era divertido e sempre solícito e prestativo com as pessoas*. Essa fala, escolhida para estampar a manchete, foi retirada de um porta voz da

Comunidade de Congolese do Rio de Janeiro, ao lamentar o assassinato do jovem.

SD3) — Amarraram as mãos e as pernas dele com corda. A polícia veio depois de 20 ou 40 minutos — disse o irmão da vítima, Djodjo Baraka Kabagambe, em entrevista à TV Globo.

Moïse é descrito como alguém que era divertido e sempre solícito e prestativo com as pessoas.

Fonte: O Globo

O mesmo acontece com a notícia do Estadão, ao apresentar a seguinte sequência:

SD4) Testemunha afirmou à Polícia nesta quinta-feira, 3, que conhecia Moïse como um rapaz calmo, mas que não o via há um tempo. Congolês foi espancado até a morte no dia 24 de janeiro, na Barra da Tijuca, no Rio. Fonte: Estadão

Faria era apontado como dono do quiosque Biruta, que funciona no mesmo imóvel do quiosque Tropicália, onde ocorreu o crime. Segundo seu advogado, Lennon Correia, Faria tinha perdido o contato com o congolês, mas enquanto conviveu com ele considerava-o um rapaz tranquilo e que não arranjava confusão.

Fonte: Estadão

Neste caso, as pessoas que deram esses depoimentos faziam parte do ciclo social de Moïse e, de fato, lamentaram a sua perda, devido à familiaridade e à proximidade que tinham com o jovem, além da brutalidade do crime, que é capaz de gerar uma grande comoção. No entanto, quando ambos os jornais decidem fazer esse recorte e colocá-lo na manchete há o estabelecimento da criação da imagem de quem merece viver/morrer mencionada anteriormente, pelo fato de que a notícia se inicia com a brutalidade do crime e, logo após, emenda sobre como Moïse era uma bom rapaz, uma pessoa *solícita*. Se o acontecimento não fosse sobre um assassinato e sim uma morte natural, por exemplo, as implicações em relação ao acontecimento seriam diferentes. No entanto, quando se trata do assassinato de um jovem negro, essas escolhas lexicais ajudam a fixar as associações racistas previamente embasadas por meio dos estudos de Kilomba (2018) e Hall (1995). Moïse era um jovem negro e imigrante, ao denominá-lo como uma pessoa solícita, cria-se a ideia de passividade em relação ao outro (nesse caso, aos patrões) e subentende-se que, se ele arrumasse confusão, talvez sua morte fosse justificável, até porque, em algumas notícias selecionadas sobre caso, essa equivalência foi mencionada (veremos no próximo capítulo).

Aqui podemos lembrar o que Kilomba (2018) fundamenta ao dizer que o racismo constrói diferenças ligadas de forma hierárquica em relação ao outro, pois elas são aplicadas a todas as pessoas que fazem parte daquele mesmo grupo que

constantemente são vistas como “perigosas”. Além desse reforço da ideia de violência, a notícia produzida pelo O Globo tem como manchete que: ele foi “morto após cobrar pagamento” e não ao de ter sido espancado por três homens. Ao fazer essa escolha, existe um reducionismo no modo como as manchetes estão formuladas, pois não há a criminalização da ação e muito menos o reconhecimento de que esse não é um caso isolado, visto que, como foi mencionado anteriormente, o Brasil possui o índice de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. Além disso, podemos propor uma reflexão em relação ao próprio lead ¹⁵ adotado pelo jornalismo, ao responder o “por que”, dentro de todas as séries de perguntas, a resposta adotada pelo veículo foi a de dizer que Moïse foi assassinado por *cobrar* e não por uma questão racial e xenofóbica. Apesar da formulação selecionada pelo jornal condizer com a tecnicidade das produções das notícias, ela corresponde também ao silenciamento.

É justamente isso que Modesto (2021) conceitua ao exemplificar que esse tipo de notícia ignora o genocídio da população negra, pois não informa os assassinatos dos jovens negros como inseridos em um projeto sistêmico e factual do nosso país, mas sim como apenas mais uma causalidade.

A seguir analisamos a SD5 (Folha de S.Paulo) e a SD6 (Estadão), as duas manchetes também apresentam ideias semelhantes, por referenciar o local como o agente da violência.

SD 5



Fonte: Folha de S.Paulo

SD 6

¹⁵ Para Boff (2020) O lead ou “lide”, em português. Técnica que determina que o texto da notícia deve começar respondendo a seis questões essenciais: quem? o quê? quando? onde? como? e por quê?.



Fonte: Estadão

Nessas duas manchetes, é possível identificar que há um deslocamento da culpabilização. Neste momento, a responsabilidade pela violência se torna o lugar e não um acontecimento sistêmico, por exemplo. A Folha de S. Paulo decide enunciar que os congoleses estão deixando de sair de suas casas por causa dos perigos na vida no Rio de Janeiro e não pela violência racial e pela xenofobia enraizadas no Brasil. Na SD5, logo de início, é descrito que há um receio, por parte das fontes, em receber pessoas de fora. A frase utilizada para estampar a manchete vem do seguinte depoimento:

SD7) Desde que Moïse Mugenyi Kabagambe foi morto a pauladas num quiosque na Barra da Tijuca, no último dia 24, o clima está diferente. "Estou com medo até de sair na rua. Estávamos andando no bairro agora meio assim", diz Chadrack Nkusu, 26, que morou com o jovem.

Fonte: Estadão

Neste momento, há uma escolha editorial e ideológica sobre o que deve ser enunciado e o que deve permanecer como não dito. Afinal, Chadrack diz que está com medo de sair de casa porque seu primo foi assassinado na cidade em que eles antes sentiam que poderiam andar livremente. No entanto, o enfoque se dá sobre o fato de que os congoleses estão evitando as ruas do Rio de Janeiro e não sobre a violência que o Estado brasileiro desempenha contra a juventude negra, visto que o medo de Chadrack é passar pela mesma violência que Moïse. Isto é, os congoleses não estão apenas evitando as ruas do Rio de Janeiro (pois as ruas, em si, não representam nenhum perigo), eles estão com medo de serem assassinados como Moïse foi. Desse modo, podemos pensar no que Orlandi (2007) propõe:

Se há um silêncio que apaga, há um silêncio que explode os limites do significar. A censura desautomatiza a relação com o silêncio e com o implícito

e assim explicita a relação do sujeito com o “dizível”. É, entretanto, porque o silêncio significa em si que se pode explicar a política do sentido. Com efeito, é a hipótese do silêncio fundador que faz com que “não dizer” tenha um sentido. (ORLANDI, 2007, p. 85).

Considerando o que Orlandi (2007) conceitua, é possível destacar que quando o portal de notícias decide transferir a culpa da violência estruturada historicamente no nosso país para minimizá-la como uma ocorrência apenas no Rio de Janeiro, ele assume a posição do silenciamento. Como mencionamos anteriormente, para a autora, o silêncio está associado à “retórica da opressão” que se concretiza por meio do silenciamento de outros sentidos, permitindo a existência de outros. Desse modo, quando a Folha não reconhece o assassinato do Moïse como o motivo para que outros imigrantes ficassem com medo de frequentar a cidade, o jornal assume a postura de não reconhecer o histórico de violência contra grupos étnicos-raciais no Brasil, além de não fornecer aparatos para que o caso de Moïse possa ser reconhecido como um acontecimento que deva ser denunciado, advindo não apenas de um crime de caráter racial, de classe e xenofobia, mas também de ausências estatais que cotidianamente fundamentam e concretizam o assassinato de pessoas negras, seja por violência policial ou por todas as condições de vulnerabilidades e precariedades sociais em que essas pessoas são/estão inseridas.

Deste modo, podemos relembrar o primeiro capítulo deste estudo, onde conceituamos a questão do valor notícia e a pauta para o jornalismo. Quando Moraes (2022) trata desse aspecto, a autora aponta que as escolhas feitas pelo valor-notícia, além de demonstrarem o que é importante, ao ponto de ser noticiável, também esclarecem o que é negligenciado pelo discurso jornalístico. Moraes (2022, p.125) menciona o papel que o jornalismo assume sobre a “naturalização do absurdo”, isto é, essas manchetes estão tratando do assassinato de um jovem negro (um dado que, como visto anteriormente, em alguns momentos desta monografia, é recorrente no nosso país), de um modo que deixou de ser compreendido como um acontecimento que deva ser criminalizado.

Em 2020, o Atlas da Violência analisou o período de 2008 a 2018 e, apesar de constatar que, em 2018, houve uma redução no número de homicídios no Brasil, ao se fazer o recorte racial o mapeamento resultou nos seguintes dados: 30.873 jovens, com idade entre 15 e 29 anos, foram assassinados. De 2008 a 2018, o índice de mortes dessa parcela da população passou de 53,3 para cada 100 mil jovens, resultando na porcentagem de 60,4%.

Ainda segundo o Atlas da Violência, o total de óbitos de jovens negros entre 15 e 19 anos é de 55,6%. Assim dizendo, o assassinato de Moïse é um desdobramento comum

do cotidiano no nosso país e o modo como é noticiado leva a ideia de uma naturalização do absurdo, de modo que podemos compreender que essas notícias foram formuladas por meio de uma *escolha*. O crime poderia ter sido retratado de outros modos, com outras escolhas de palavras e termos, a partir do resgate histórico e colonizador que abrange o Brasil. No entanto, a escolha adotada por esses portais foi o ocultamento de um conjunto de violências em troca de outras. Desse modo, Ribeiro conceitua que (2022, p. 37):

O “princípio de que nem tudo é sempre dito” (idem) nos leva à exterioridade da língua, ao silenciamento, ao que poderia ter sido dito entre as inúmeras possibilidades de formulações, mas foi excluído para que um certo modo de enunciar mantenha um dado enunciado e não outro em seu lugar. E pelo fato de a língua funcionar como um estado da verdade, o discurso funciona exatamente onde a tomamos como um *já-lá, é assim porque sempre foi*. Eis aí a compreensão de uma língua transparente e sem equívoco. (RIBEIRO, 2022, p. 37).

Em outras palavras, podemos destacar, a partir das manchetes selecionadas, que o assassinato de Moïse foi noticiado de forma semelhante entre todos os portais. Por mais que houvesse a possibilidade de outros posicionamentos, todas as escolhas partiram do silenciamento de noções que caracterizam e criminalizam o seu assassinato. Dessa forma, podemos notar que essas escolhas adotadas pelo jornalismo perpassam por um processo de normalização e conseqüentemente de invisibilização. O assassinato de Moïse é colocado pelas manchetes como algo que é *assim porque sempre foi*, o que exaure questões como a falta de políticas públicas de acolhimento para imigrantes, a irregularidade trabalhista e a analogia ao trabalho escravo. Exploraremos essa questão no próximo subcapítulo.

Na SD6, O Estadão enuncia que Moïse foi espancado e que fugiu do Congo para não morrer. É uma manchete que propõe uma símile ideia à anterior, porém, nesta sequência há duas situações: 1) Moïse era um refugiado político e veio ao Brasil em busca de melhores condições e 2) Ele trabalhava em condições precárias e foi brutalmente assassinado no país em que achava que poderia ter uma vida melhor. Porém, a manchete foca na saída de Moïse de seu país de origem (apontado como violento, devido aos conflitos) e decide ignorar as violências que o próprio Brasil possui.

Em 2017, a ONU divulgou um relatório sobre taxas de homicídio intencional no mundo, e o Brasil foi apontado como o país que possui a segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, depois da Venezuela. Além disso, no mesmo ano, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgou que o Brasil possuía mais mortes do que a Síria em período de guerra. O diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança

Pública, Renato Sérgio de Lima, destacou os seguintes dados:

Apenas em 2015, foram mortos violentamente e intencionalmente 58.383 brasileiros, resultado que representa uma pessoa assassinada no país a cada 9 minutos, ou cerca de 160 mortos por dia. Foram 28,6 pessoas vítimas a cada grupo de 100 mil brasileiros. No entanto, em comparação a 2014 (59.086), o número de mortes violentas sofreu redução de 1,2%. A retração de 1,2% não deixa de ser uma retração, mas em um patamar muito elevado, é uma oscilação natural, de um número tão elevado assim.¹⁶

Assim, podemos perceber que, ao se pensar em violência, não há como eximir o nosso próprio país. No entanto, outra regularidade que é possível de se observar nas manchetes é o modo como o valor-notícia sobre a violência contra os imigrantes, por mais presente que ainda seja, é descolado da gravidade e individualizado, por meio das notícias. Muitas vezes, Moïse Mugenyi Kabagambe se torna apenas mais um congolês. Para Ribeiro (2022):

Os refugiados tornam-se hiperinvisíveis, apenas números contáveis; seus nomes não se singularizam mais na notícia, porém, são camuflados em uma esfera enunciativa que os reduz a rótulos homogeneizantes como “imigrante”, “refugiado”, “estrangeiro” ... "náufrago". Mas há também aquele corpo que se torna único na multidão, nas fileiras e nas margens da travessia. É a mídia e nós, sedentos pelo espetáculo, quem o expõe aos milhões de olhos. (...) No plano do sensível, nosso olhar assiste inerte, sem constrangimento. (RIBEIRO, 2022, p. 31)

Isso permite que, ao mesmo tempo em que a imagem de Moïse seja superexplorada, ela também caminhe para o esquecimento no meio de tantas outras, por meio do discurso jornalístico. E é justamente por meio desta formulação, a de que é *assim porque sempre esteve lá*, mencionada pelo autor, que podemos perceber a fundamentação da violência racial. Há muitos processos anteriores à publicação de uma notícia, como a decisão da pauta, o enquadramento do acontecimento e, então, a escrita, a revisão e a publicação da notícia. Durante todos esses processos, há a construção de uma realidade que é considerada digna de ser vista em relação a outra. Ainda na SD6, deparamo-nos com o seguinte enunciado: “Para o jovem congolês, a fuga foi inútil. Oito anos após chegar ao Brasil, foi espancado por três homens da mesma forma – a pauladas – e morreu no dia 24, no Tropicália, na Barra da Tijuca, zona oeste da capital fluminense”.

O portal decide apresentar a fuga de Moïse de seu país de origem como *inútil*,

16

Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/brasil-tem-mais-mortes-violentas-do-que-siria-em-guerra-mostra>>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

porque ele fugiu de um lugar e foi assassinado em outro. Aqui podemos perceber a ausência de constrangimento apontada pelo autor, pois a imagem de Moïse não é vista como digna de respeito nem mesmo nas coberturas jornalísticas sobre a sua morte. De algum modo, ao enunciar a inutilidade de sua fuga há um “não dizer” advindo da ideia de que ele morreria de qualquer forma, no Brasil ou no Congo, logo, a sua tentativa de lutar pela sobrevivência parece inválida.

Podemos pensar, assim, sobre o que Foucault (1975-1976) conceitua sobre a política do biopoder e o fato de que o racismo é uma tecnologia que exerce uma soberania, que centraliza em todos os setores sociais, inclusive no jornalismo. Para Moraes (2022), apesar de um dos pilares do jornalismo ser a busca pela novidade, há muito o que se refletir sobre essas ocultações: “No entanto, é necessário pensar que o jornalismo não só nos serve para contar sobre o que atravessa de maneira inesperada nessa ilusoriante organizada experiência quando deixa de iluminar aspectos importantes da ordem social ao classificá-los como banais e, assim, não noticiáveis” (MORAES, 2022, p. 125).

Nesse sentido, podemos também refletir sobre a linguagem. Para Ribeiro (2022), a estrangeiridade começa na língua, pois ela é uma condição atrelada ao que o sujeito experiencia “em deslocamento ou deslocado e em encontro intercultural, isto é, em encontro com o Outro a partir do qual ambos (Eu e o outro) se percebem um ao outro nas diferenças linguísticas, culturais, históricas etc.” (RIBEIRO, 2022, p. 68). Para o autor, essa relação é inerente ao Estado que se organiza de um modo institucionalizado ao produzir sujeitos em condição de estrangeiridade. Podemos perceber no modo como a SD 4 estabelece essa ideia de Moïse ser um estrangeiro em busca de melhorias no Brasil e, a partir disso, temos também alguns desdobramentos da construção da imagem do imigrante e da ideia de que estamos em um país acolhedor em relação ao *outro*. A seguir, apresentamos dois trechos da notícia veiculada pelo portal Estadão, o primeiro é um relato da família de Moïse e o segundo de um dos assassinos:

SD 8) “Saímos de lá para que isso não acontecesse conosco, com meus filhos”, disse Ivana Lay a Quintão. “Fugimos da África para sermos acolhidos no Brasil”, disse o primo de Moïse, Chadrac Kembilu Nkusu, chorando, em uma entrevista para o SBT que viralizou nas redes sociais. “O Brasil é uma mãe, o Brasil é a nossa segunda casa, como vai matar um irmão que estava trabalhando?”

Fonte: Estadão

SD 9) Negou, porém, que tivessem motivação racial ou que houvesse intenção de matar o rapaz – apesar da violência registrada nas imagens. “Eu sou um dos envolvidos na morte do congolês. Quero deixar bem claro que ninguém queria tirar a vida dele, ninguém quis fazer injustiça, porque ele era negro ou alguém

devia a ele. Ele teve um problema com um senhor do quiosque do lado, a gente foi defender o senhor, e infelizmente aconteceu a fatalidade de ele perder a vida”, afirmou na gravação.

Fonte: Estadão

Nesse primeiro trecho, a mãe e o primo de Moïse dizem que esperavam ser acolhidos pelo Brasil, definem o nosso país como “uma mãe”, no entanto, o país que deveria ser maternal em relação ao imigrante que chegou é o responsável pela morte dele. Apesar de o Brasil possuir o imaginário de um país acolhedor e receptivo aos estrangeiros, vimos anteriormente que essa é uma receptividade relativa. Vivemos em um país que se ergueu em cima do trabalho escravo e precarizado de pessoas negras e indígenas, o que possibilitou desde cedo a concepção de uma superioridade racial entre brancos e não-brancos (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021). Logo, ao trabalhador negro foi atribuída a imagem do atraso, e a busca por novos estrangeiros estava diretamente atrelada aos europeus, que trariam para o país os ideais de ordem, progresso e inovação. Além da política de embranquecimento que visava a distanciar o Brasil o mais rápido possível da ideia de um país habitado por, em sua maioria, pessoas negras, a *fobia* foi diretamente ligada àqueles que eram vistos como *outros*, justamente os imigrantes que originalmente são provenientes do continente africano.

Quando refletimos sobre a xenofobia racializada, nas notícias, estamos olhando para o cerne do colonialismo, que explorou e criou condições sistêmicas para que os corpos negros não fossem vistos de forma humanizada, porque nunca foram reconhecidos como tal, nem pelo Brasil nem pelos outros países. Além disso, apesar de possuir esse reconhecimento simbólico de um país que acolhe o outro, o Brasil não possui até hoje políticas inclusivas para os imigrantes. Em 2022, o coordenador de estatísticas do Observatório das Migrações Internacionais, Tadeu Oliveira, constatou que o Brasil é um *receptor* de imigrantes, mas não fornece meios de inclusão. A grande maioria dos imigrantes, principalmente da Venezuela, do Haiti e de países africanos acabam por ocupar posições de emprego precárias e sem garantias de melhorias, assim como Moïse e a sua família. De acordo com a OBmigra, imigrantes negros recebem, em média, de um a dois salários-mínimos no Brasil.

O segundo trecho selecionado é uma fala Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, um dos responsáveis por assassinar Moïse. De acordo com o Estadão, a fala foi retirada de um vídeo que o agressor gravou, onde ele nega a existência do racismo no crime e a intenção de matar. Apesar de ter sido uma fala de uma fonte envolvida no crime, percebemos o espaço que o discurso jornalístico escolhe dar para certos depoimentos,

principalmente em crimes raciais e indagamos até que ponto eles são realmente necessários. Iremos fomentar essa discussão na próxima seção da análise.

3.2 PRODUÇÃO E LINGUAGEM DO DISCURSO JORNALÍSTICO POR MEIO DO CONCEITO DA OBJETIVIDADE

Nesta seção, analisaremos o modo como o discurso jornalístico pode possibilitar a criação de mecanismos que exploram imagens de sofrimento de minorias sociais e o seu estabelecimento a partir da concepção da objetividade e dos moldes técnicos tradicionais que vimos anteriormente. Apesar de todas as notícias selecionadas para esta análise possuírem questões de racialidade e xenofobia, neste momento o enfoque será ainda mais específico nas escolhas lexicais e na produção editorial das notícias sobre o assassinato de Moïse. Vejamos a próxima SD:

SD 10

PUBLICIDADE

RIO DE JANEIRO • FOLHAJUS

Homem preso pela morte de Moïse diz que o agrediu porque estava com raiva

Suspeito afirmou à polícia que ataque foi motivado por congolês beber muito e 'perturbar'; vítima continuou a ser espancada mesmo desacordada

Fonte: Folha de S. Paulo

Diferentemente das outras notícias analisadas, a SD10 tem como agente da ação um dos assassinos de Moïse. O texto da notícia acrescenta as seguintes informações:

SD11)Um dos suspeitos presos pela morte do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, 24, assassinado a pauladas na noite do dia 24 de janeiro, afirmou

à polícia que agiu motivado por raiva, porque a vítima estava bebendo muito e "perturbando há alguns dias".

Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, 27, disse em depoimento que "resolveu extravasar a raiva que estava sentindo" e que, por isso, bateu no congolês com um taco de beisebol.

Fonte: Folha de S. Paulo

A voz ativa é um mecanismo muito utilizado nos textos jornalísticos porque é uma tentativa de que a informação seja construída de modo claro e conciso, além de responder quem são os praticantes de determinada ação e o *porquê*. Essa é uma estratégia que visa a atender aos conceitos de objetividade e imparcialidade (parte de uma idealização do jornalismo, no entanto, não condizente com a realidade). Afinal, nesta SD, o espaço cedido para a cobertura do caso foi justamente o depoimento do assassino para a polícia. A fala de um dos autores do crime foi a escolhida para a manchete e, além disso, pode ser interpretada como uma forma de *justificativa pelo ocorrido*.

Apesar da escuta de todos os lados fazer parte do trabalho de um jornalista e de uma boa apuração, a seleção do que vai ser publicado e como será exposto é pertinente na produção de uma notícia. Nesse sentido, é necessário que o jornalista pense se as escolhas das fontes não irão apenas reproduzir estereótipos e preconceitos. Um dos homens responsáveis por assassinar Moïse desferiu mais de trinta pauladas na vítima e disse que o fez porque estava com raiva e quis extravasar. Justamente esse enunciado tornou-se um objeto de pauta.

O uso da citação direta do agressor torna o acontecimento ainda mais perverso, logo em seguida há a justificativa de que o ataque foi motivado porque a vítima andava bebendo demais e causando perturbações. Podemos lembrar as duas primeiras SDs, onde os veículos justificam a inocência de Moïse por meio do seu comportamento “calmo e tranquilo” e, assim, auxiliam na construção de quem merece viver. Neste caso, a SD5 faz o caminho oposto, pois, além de associar o jovem à imagem de uma pessoa violenta, escolhe dar visibilidade para as motivações do agressor, tornando-as mais relevantes do que o crime em si.

Para Moraes (2022), o jornalismo da subjetividade é uma proposta que articula as questões que envolvem o campo da comunicação ao mesmo tempo em que analisa a sua estrutura. É uma forma de planejar uma ação reflexiva que assimila o próprio campo de forma crítica, compreendendo que o jornalismo tem um caráter transformador, tanto por meio da notícia diária como por meio de uma reportagem. Para a autora, tanto as notícias como as reportagens são um “meio de intervenção, de reclamar humanidades, de posicionamento social, de insurgência” (MORAES, 2022, p. 143). Moraes ainda

acrescenta que as notícias/reportagens não devem ser formuladas com o objetivo de ferir ou realçar concepções e visibilidades racistas/classistas/xenófobas e todas as outras que possam exercitar algum tipo de dor na existência de outras pessoas. No entanto, ela adverte que essa não é uma prática apoiada por uma espécie de protagonismo ou heroísmo por parte do jornalismo, já que não se busca “dar voz”, mas auxiliar no processo de que existências que antes nunca tinham sido representadas, possam ocupar seus espaços. Entretanto, ela reconhece que os erros e acertos fazem parte do processo, mas que é uma articulação necessária e que parte de um constante ato reflexivo de práticas sociais que normalizam o que não deveria ser normalizado.

Em vista disso, abordamos a seguir as SD12 e SD13. As duas notícias também se diferenciam das demais analisadas anteriormente, pois, apesar de noticiarem o assassinato de Moïse, o foco se estabelece a partir da condição a que o corpo do jovem foi submetido durante o crime.

SD 12

Moïse foi espancado enquanto clientes compravam refrigerante e testemunha afirma que agressores disseram para 'não olhar'

Segundo testemunhas, os agressores afirmaram que congolês estava 'assaltando as pessoas' e queriam 'dar um corretivo' nele. Guardas municipais foram chamados, mas não ajudaram.

Fonte: G1

SD 13

Fonte: Folha de S. Paulo

Quiosque continuou vendendo cerveja por 3 h com corpo de Moïse no chão

Vídeo da noite do crime mostra que agressores
permaneceram no local por mais de duas horas
sem serem identificados

As duas SDS acima possuem uma escolha que foge das necessidades informativas. Apesar de o acontecimento ter sido um fato, inclusive captado por meio dos vídeos das câmeras de segurança do quiosque, as duas partem da situação violenta a que Moïse foi submetido. A SD6 inclusive afirma que, de acordo com as testemunhas presentes, os agressores queriam *dar um corretivo* no jovem porque ele estava assaltando os frequentadores do quiosque, uma informação que relativiza a gravidade do crime e, como mencionado anteriormente, auxilia na normalização da violência. Já a SD13, apesar de possuir uma ideia semelhante, a sua estrutura soa mais “respeitosa”, no sentido de que o enfoque dado pela notícia é de que os agressores se mantiveram no local, mesmo após o crime, ao invés da construção de uma justificativa para o que aconteceu, como as notícias anteriores.

Um aspecto correlativo entre todas as notícias selecionadas sobre o assassinato de Moïse, é que elas são uma amostra do modo como a prática da escrita jornalística está condicionada a uma certa automaticidade, que, ao mesmo tempo em que pode ser explicada pelo cotidiano da profissão e da possível falta de reflexão do campo sobre as suas práticas de atuação, também advém de uma certa resistência à reflexão sobre linguagem adotada, que muitas vezes se apoia na técnica como um meio de justificar as suas escolhas.

Todas as notícias apresentadas foram estruturadas por meio do molde jornalístico tradicional, correspondendo a estrutura do lead: o quê (a ação), quem (o agente), quando (o tempo), onde (o lugar), como (o modo) e por que (o motivo), o que produz um efeito

de sentido de objetividade e sugere ao leitor que não há um aspecto ideológico na construção sintática. Nesta relação entre o discurso jornalístico e o não dito, podemos lembrar o que Bento (2022) conceitua sobre o pacto narcísico da branquitude: a autora relembra que muito se fala sobre os impactos negativos da escravidão para as pessoas negras, no entanto, ela chama a atenção para a importância de observar o modo como a branquitude se beneficia da herança escravocata. É possível identificar o silenciamento do racismo em todas as notícias analisadas, pois existe a explanação do crime, no entanto, não há responsabilização pela violência estatal (MODESTO, 2021).

Assim, é como se o jornalismo como instituição fizesse parte das sepulturas secretas, que, de acordo com Bento (2022, p. 19), "carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos". No momento em que a notícia foca no acontecimento (como no caso das comunidades de pessoas africanas que estão amedrontadas de sair de casa) em vez das causas que o sucederam (violência racial e xenofobia), há a concretização sistêmica da supremacia branca, que, além de não reconhecer o racismo, não se vê perpetradora dele.

Para além disso, a produção de uma notícia que tem como base explorar a condição desumana a que uma pessoa foi submetida durante um crime brutal, reforça a relação de subalternidade que a branquitude perpetua em relação às pessoas negras, que até mesmo nos cenários onde uma pessoa negra teve a sua vida retirada, a sua índole se torna questionável. A gravidade do crime é ocultada e o seu corpo é motivo de exploração midiática. Neste caso, o jornalismo assume a posição de Narciso conceituada por Bento (2022) , ao mesmo tempo em que há o reconhecimento do crime há escolha dos não dizeres. Essa prática, que em variados momentos não reconhece os aspectos sociais e culturais que permeiam as notícias, advém das noções excludentes inseridas nos métodos de ensino e prática que até hoje ainda são cultivados como norma.

Podemos lembrar também o conceito de neurose cultural, criado por González (1984), em que o neurótico cultural constrói ocultações e silenciamentos porque isso mantém os seus benefícios. Neste cenário, podemos conceituar que as tomadas de posição e decisão jornalísticas sobre crimes raciais frequentemente estão apoiadas em noções que auxiliam a perpetuação do racismo. Afinal, o jornalismo como instituição foi desenvolvido a partir de critérios apoiados em valores sociais - em que o racismo, o classicismo e a xenofobia, entre outros, são fortes operantes (MORAES, 2022). No entanto, apesar de o racismo ser estrutural (ALMEIDA, 2018) e partir de uma série de

complexidades, é necessário que haja mais reflexão e ação, no modo de produzir tanto nas salas de aulas, que formam os profissionais e futuros jornalistas, quanto nas redações/empresas. É uma forma de reconhecer a existência da violência, assumir a parcela de responsabilidade social e histórica que o discurso jornalístico já teve e ainda tem, para, a partir disso, concretizar meios que possam causar mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, o principal tema abordado foi o modo como o jornalismo noticia crimes raciais, a partir da análise das notícias publicadas pelos portais Folha de S.Paulo, Estadão, O Globo e G1 a respeito do assassinato de Moïse Kabagambe. Assim como a maioria dos imigrantes, Moïse nunca teve um emprego fixo, trabalhava por diárias em quiosques na praia na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. No dia 24 de janeiro de 2022, o jovem foi brutalmente assassinado por um grupo de homens que o agrediram com trinta e nove pauladas.

Os objetivos deste estudo foram os seguintes: problematizar a noção de objetividade jornalística; explorar as questões que levam à escolha do valor-notícia, questionar a exploração de imagens de sofrimento de minorias sociais em função de “noticiar” os crimes raciais que as envolvem; compreender a questão da outridade a partir do atravessamento da questão migratória e xenofóbica no discurso jornalístico.

O primeiro capítulo abordou a produção do discurso jornalístico e a importância de se pensar num jornalismo de subjetividade, conforme conceituado por Moraes (2022). Além disso, essa primeira seção também discutiu os conceitos de valor-notícia e pauta. Posteriormente, foram conceituadas algumas das implicações em relação aos moldes técnicos sobre o fazer jornalístico nas salas de aula e como essa reflexão pode impactar a profissão. O segundo capítulo abordou o conceito de racismo discursivo, definido por Hall (1995), as noções de xenofobia, imigração e os seus atravessamentos pelo racismo e o conceito de xenofobia racializada (FAUSTINO e OLIVEIRA, 2021), além da noção de outridade, estudada por Kilomba (2018) e Ahmed (2000). Por fim, a última seção mobilizou a noção de imagens de controle e formações imaginárias em relação aos homens negros.

Desde o início, foi feito um elo com o modo como o racismo está intrinsecamente enraizado na nossa sociedade e, conseqüentemente, em todas as instituições e ações que nos rodeiam. Apesar disso, essa não é uma justificativa para que mudanças não sejam feitas (ALMEIDA, 2018). É necessário compreender que o Brasil é um país racista e que o jornalismo, como uma instituição ligada aos valores sociais, também é. Vivemos em um país que historicamente, desde os seus primórdios, estabeleceu-se a partir dos ideais de superioridade racial e, conseqüentemente, da ideia de que as pessoas negras são sempre as outras (KILOMBA, 2018; AHMED, 2000). Essa visão é fortemente embasada a partir

da cotidiana violência contra pessoas negras e do modo como as suas mortes são constantemente vistas com menos importância. Isso se relaciona ao fato de o jornalismo ter estabelecido as suas práticas em noções excludentes, pois elas partem de princípios teóricos que assimilam o conceito da existência humana como universal e apresentam a democracia racial, mito questionado por González (1984), como uma possibilidade (MORAES, 2022).

O fazer jornalístico tradicionalmente não foi pensado com base nos recortes sociais de gênero, raça, classe etc. Isso aparece tanto em algumas literaturas, quanto no modo como as notícias são construídas, seja pela escolha das fontes, dos dizeres e principalmente dos não dizeres (ORLANDI, 2007). Esta análise permitiu observar que os silenciamentos estão presentes e, mesmo que a imparcialidade seja uma meta, ela não acontece, pois o sujeito é interpelado pelo seu discurso (ALTHUSSER, 1992).

Assim, precisa-se refletir até que ponto iremos permitir a naturalização dos absurdos¹⁷ em prol de apoios técnicos que não apoiam ninguém, além da fomentação de preconceitos. Nesse sentido, Moraes (2022), ao abordar a subjetividade jornalística, comenta a falta de receptividade que essa ação possui, tanto por parte de alguns espaços da academia quanto na sociedade e nas redações, porque há o pensamento de que, se um jornalista se posicionar, ele irá perder a “credibilidade” da profissão. Assim, podemos pensar que o apontamento da autora advém de um questionamento em relação ao senso comum, que muitas vezes se fundamenta a partir de um imaginário do que o jornalismo deveria ser e não do que ele ainda pode se tornar.

Para Orlandi (2007), a linguagem pratica sentidos e intervém no real; é por meio da ideologia que se faz possível a existência das palavras. Assim, quando Moraes (2022, p. 144) questiona: “em um país marcado por desigualdades de diversas ordens como o Brasil, devemos ser isentos em relação a quê? Aqui, boa parte da imprensa e da academia confunde não ‘tomar partido’ com silenciar - e logo pactuar - com uma série de violências”, podemos pensar quando Orlandi (2007, p. 95) enuncia que “a linguagem não é inocente”, devido ao fato de que ela se articula entre o simbólico e o político. Ao compreendermos isso, podemos olhar para as produções jornalísticas de um modo mais crítico e também pensar sobre a implementação de novas práticas e leituras que problematizam as questões apontadas durante esta pesquisa. Desse modo, relembramos que o jornalismo tem a função social de informar com responsabilidade e cuidado em

¹⁷ Termo utilizado por Moraes (2022).

relação a todos os diversos assuntos que surgirem, visto que essa é uma prática que faz parte da conduta ética da profissão.

Por fim, em algumas circunstâncias essa necessidade de alterar o modo como discurso jornalístico tem sido feito, é vista por alguns leitores/espectadores como militância ou ativismo, nomeações usadas como forma de acusação pela possível falta de expressão da objetividade (MORAES, 2022). No entanto, o jornalismo necessita do uso da sensibilidade nas suas ações práticas e técnicas. A subjetividade é o resultado da compreensão de que é possível se posicionar de modo crítico e atento, ao mesmo tempo atuando de forma conjunta com a não corroboração de narrativas posicionadas de forma racista. Assim, esta monografia teve como objetivo analisar o modo como o jornalismo reporta crimes raciais e quais são as escolhas feitas durante esse processo. Por meio das notícias selecionadas sobre o assassinato de Moïse Kabamgabe, podemos afirmar que o discurso jornalístico não racializa os crimes que envolvem raça e continuamente os trata como ações isoladas, ao invés de uma violência presente desde os primórdios do nosso país.

Apesar das orientações editoriais serem aparentemente diferentes os veículos G1, O Globo, Estadão e Folha de S. Paulo estão inseridos em formações discursivas semelhantes ao produzirem notícias que reforçam associações negativas à imagem dos jovens negros, por meio de noções de comportamento que criam a ideia de quem merece viver ou morrer (FOUCAULT, 2005). Dessa forma, podemos afirmar que o jornalismo como instituição ainda não reconhece a raça como uma estrutura social (ALMEIDA, 2018) e conseqüentemente Moïse Kabagambe, foi visto e colocado como *outro* em todas as notícias selecionadas sobre o seu assassinato, assim como outros acontecimentos que envolvem a violência contra minorias sociais. Apesar dos índices de racismo e xenofobia apresentados ao decorrer da análise, o crime não foi reconhecido como um acontecimento de cunho racial e não houve indícios de nenhum dos portais para que pudesse ser caracterizado como tal. O Brasil é o país que mata um jovem negro a cada vinte e três minutos, essa informação repetiu-se durante o decorrer do texto porque ela é o resultado de um projeto racista e violento e não deve cair no esquecimento, principalmente no modo como o jornalismo de Pensar sobre as práticas que vão contra essa normalização como notícia e realidade é de fato exercer o papel social do jornalismo.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. **Strange encounters: embodied others in post-coloniality**. Abingdon: Routledge, 2000.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ALVES, E. R. F. **Outremização e revide de colonizado e colonizador em The Narrative of Jacobs Coetzee (1974), de J.M Coetzee**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós- Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2007. 192 p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/setembro2011/ingles_artigos/falves.pdf> Acesso em: 19 jun. 2023.

BALIBAR, E; WALLERSTEIN, I. **Raça, nação, classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BENTO, C. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOFF, F. Reportagem. In: **Tópicos em jornalismo: Redação e reportagem**. Florianópolis: Editora Insular, 2021, p 109-114. Disponível em: <https://resto.jor.br/>. Acesso em 20 jul. 2023.

BUENO, W.; COLLINS. P. **Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2020.

CAETANO, R. Formações imaginárias presentes no discurso de pacientes em estados de psicoses. IV Congresso Nacional de Lingüística e filologia, 2000, Rio de Janeiro. **Livro de Resumos do IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia**, 2000. p. 43-43. Disponível em : https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead1_paineis.html. Acesso em: 21 jul. 2023.

CAMPOS, L. J. Interpretação. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso: edição ampliada**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 167-173.. Monografia de Graduação em Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CARVALHO, L. Notícia. In: **Tópicos em jornalismo: Redação e reportagem**. Florianópolis: Editora: Insular, 2021, p 109-114. Disponível em: <<https://resto.jor.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. Xeno-Racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **Revista interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 29, p. 97-114, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/remhu/a/WhQNMSS8L6RsKwVWkfR68tg/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, C. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, N. Minorias, intervenção social e lógica da produção de notícias. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012, Fortaleza. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p.1-13, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GALTUNG, J.; RUGE, M. H. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. **Journal of International Peace Research**, n.1, 1965.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234336500200104>.

Acesso em: 21 de jul, 2023

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo. Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20281%29.pdf). Acesso em : 21 de jul 2023.

GRANTHAM, M. R. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: ClaraLuz, 2005, p. 137-142.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), 2005, Porto Alegre, UFRGS. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867818/mod_resource/content/1/Gregolin_Formacao_discursiva_redes_de_memoria.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, 2015. Rio de Janeiro. v.2. p.1-30. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/#_edn4. Acesso em: 3 fev. 2022.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas, tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 187-240.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

MATTOS, A. L. Racismo e xenofobia no Brasil: análise dos instrumentos jurídicos de proteção ao imigrante negro. Monografia. (Bacharel em Direito) - Universidade Federal de Santa. Santa Maria, 75 p. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2796/monografia%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 de jul.2023.

MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em:

<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851/2289>. Acesso em: 1 abr. 2022.

MORAES, F. **O Nascimento de Joicy** - transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em:

http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXM6JTBQBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf Acesso em: 20 jul. 2023.

MORIN, E. **O paradigma perdido**: a natureza humana. Lisboa: publicações Europa-América, 2000.

OLIVEIRA, S. **Imagens de controle no funcionamento discursivo das formações imaginárias**: análise de uma exposição de racismo no Twitter. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa. Santa Maria, 96 p. 2023.

ORLANDI, E. P. **As formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDO, F.; CALANZAS, M. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. . Porto Alegre: Ed Zouk, 2020.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M.. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. et al. (Orgs.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 55-66, 1994.

RIBEIRO, J. Da xenofobia à glotofobia: a estrangeiridade como um problema discursivo. **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 331–356, 2021. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1991>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RIBEIRO, J. **Xenofobia e intolerância linguística**: Discursos sobre Estrangeiridade e Hostilidade Brasileira. Campinas: Pontes, 2022.

RIBEIRO, M. . 'Eu decido se 'cês vão lidar com King ou se vão lidar com Kong': homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade brasileira. **Humanidades e inovação**, v. 7, p. 117-134, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4911>. Acesso em: 21 de jul. 2023.

SANTOS. B **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio De Janeiro: Graal, 2000.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade . **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/27944232744219019527870145197533508038.pdf>Acesso em: 21 de Jul.2023

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, Volume I: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.